

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João, cidadão brasileiro, decidiu organizar uma manifestação pacífica em sua cidade para protestar contra recentes medidas governamentais. Para isso, reuniu um grupo de pessoas e, tendo comunicado previamente as autoridades competentes, ocuparam uma praça pública com cartazes e discursos. Durante o evento, a polícia interveio, alegando que a manifestação não havia sido autorizada, e dispersou os participantes. João argumentou que o seu direito constitucional de livre manifestação estava sendo violado. De acordo com a situação hipotética apresentada e, com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A intervenção policial foi legítima, pois toda manifestação pública requer autorização prévia das autoridades competentes.
- **A manifestação poderia ocorrer sem autorização prévia, desde que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local. – OPÇÃO CORRETA.**
- A Constituição garante o direito de manifestação apenas em locais privados, sendo vedadas manifestações em espaços públicos sem autorização.
- João não tinha o direito de organizar a manifestação, uma vez que é necessário ser membro de uma entidade legalmente constituída para promover protestos.

Questão 02

Em 2024, o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Durante a competição, a jogadora de futebol Marta, conhecida por sua luta pela igualdade de gênero no esporte, foi entrevistada por um canal de televisão. Em sua fala, Marta criticou a desigualdade salarial entre jogadores e jogadoras, a falta de investimento no futebol feminino e o preconceito que as mulheres enfrentam no esporte. A entrevista foi amplamente divulgada e gerou grande repercussão na sociedade. Analisando a situação apresentada e, ainda, com base nos Princípios Fundamentais (arts. 1º a 4º) e nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º) presentes na Constituição Federal do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- O discurso de Marta, ao criticar a desigualdade no futebol feminino, não encontra respaldo nos Princípios Fundamentais da Constituição Federal, uma vez que a Carta Magna não trata de questões relativas ao esporte.
- A liberdade de expressão de Marta, ao criticar a desigualdade no futebol feminino, é limitada pelo princípio da defesa do Estado e das instituições democráticas, que permite a censura de manifestações que possam gerar instabilidade social.
- **A atuação de Marta, ao levantar questões sobre igualdade de gênero no esporte, contribui para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme expresso no art. 3º da Constituição Federal. – OPÇÃO CORRETA.**
- A manifestação de Marta, ao criticar a desigualdade salarial, a falta de investimento e o preconceito no futebol feminino, não encontra amparo nos Princípios Fundamentais da Constituição Federal, uma vez que tais questões não se relacionam diretamente com os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Questão 03

Paulo, servidor público municipal, recebeu uma multa de trânsito aplicada pelo departamento de trânsito da cidade Beta, sob o fundamento de que ultrapassou o limite de velocidade permitido. Inconformado, ele ingressa com um recurso administrativo argumentando que, no momento da infração, seu veículo não estava no local onde a multa foi aplicada, apresentando registros de câmeras de trânsito que colocavam seu veículo em outra avenida, no mesmo dia e horário. Após análise do recurso, o órgão de trânsito decide anular a multa, reconhecendo que houve erro na identificação do veículo, conforme fora levantado pelo departamento de trânsito da cidade Beta. O ato de anulação da multa foi formalizado por meio de um despacho da autoridade competente, declarando a invalidade do ato administrativo anterior. Diante dessa situação, Paulo questiona seus colegas sobre a natureza jurídica do ato que anulou a multa, pedindo esclarecimentos sobre seus efeitos e fundamentos legais. Com base na situação hipotética apresentada e nos conceitos de atos administrativos, é correto afirmar que o ato que anulou a multa:

- É um ato precário, pois pode ser modificado pela autoridade competente a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.
- Configura um ato revogatório, pois a Administração decidiu desfazer um ato legítimo, considerando razões de interesse público.
- É um ato vinculado, pois a Administração Pública não pode manter um ato ilegal e tem o dever de anulá-lo, independentemente de juízo de conveniência ou oportunidade. – **OPÇÃO CORRETA.**
- É um ato discricionário, pois a Administração Pública tem liberdade para decidir sobre a validade de atos anteriores, levando em conta critérios de conveniência e oportunidade.

Questão 04

O Município Alfa, visando melhorar a oferta de serviços de saúde à população, decide descentralizar a gestão dos hospitais públicos, criando uma entidade para gerenciar hospitais e postos de atendimento. Para isso, o prefeito propõe um projeto de lei à Câmara Municipal, criando uma pessoa jurídica de direito público e submetida ao regime jurídico de direito público, dotada de patrimônio próprio e capacidade administrativa independente. A entidade terá autonomia administrativa, financeira e orçamentária, mas será vinculada à Secretaria Municipal de Saúde. Durante a criação da entidade, surgem questionamentos sobre a sua natureza jurídica e o enquadramento dentro da Administração Pública. Alguns servidores municipais acreditam que se trata de um órgão da administração direta, enquanto outros entendem que se trata de uma entidade da administração indireta. Com base na situação hipotética apresentada e na estrutura da Administração Pública prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A entidade criada faz parte da Administração Pública Direta, pois está vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e presta serviços públicos essenciais à população.
- A entidade criada é uma autarquia, pois foi instituída por lei específica e possui personalidade jurídica de direito público, desempenhando atividade típica da Administração Pública. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A entidade pertence ao setor privado, uma vez que tem autonomia administrativa e financeira, não sendo subordinada diretamente ao prefeito ou à Secretaria Municipal de Saúde.
- A nova entidade integra a Administração Pública Indireta, sendo uma fundação pública, pois possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

Questão 05

Maria, viúva, acabou de perder o marido, o qual sempre geriu toda a vida financeira do casal, incluindo o patrimônio. Ela nunca trabalhou ou fez qualquer ato de gestão patrimonial, tendo se casado com o primeiro namorado, há mais de quarenta anos. Sem a vivência no que tange à administração de seu patrimônio e, sentindo que tinha necessidade urgente de ter dinheiro em espécie, resolveu vender um lote, que compunha os seus bens. Sabe-se que ela fez a venda pelo valor de R\$ 100.000,00 a um conhecido da família, posteriormente vindo a descobrir que o lote, em realidade, valia R\$ 1.000.000,00. Considerando a doutrina e as normas relativas aos negócios jurídicos, é possível afirmar que o defeito que está potencialmente presente na compra e venda do lote é:

- Erro.
- Lesão. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Coação.
- Estado de perigo.

Questão 06

Foi proposta ação de indenização por danos materiais no foro comum de determinada cidade. Durante a análise inicial da peça processual, o juiz competente para a causa percebeu claramente uma série de erros processuais, decorrentes de omissões perceptíveis na peça inicial e sua documentação instrutória, quais sejam: a petição não especificava valor da causa, não indicava em qual bairro, cidade ou CEP, para possibilitar a localização, se encontrava o endereço para a citação do réu e não possuía documento anexo essencial à comprovação do direito pleiteado, cuja petição fazia referência. Considerando que o juiz tenha tomado a providência legal prevista na legislação para o caso concreto, ele:

- Deu prosseguimento ao processo, uma vez que distribuída a ação não cabe ao julgador a postura de parcialidade ou auxílio a uma das partes.
- Indeferiu de pleno a petição inicial, posto que as omissões inviabilizavam o prosseguimento do processo, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.
- **Determinou que fosse emendada à petição inicial, no prazo de quinze dias, indicando expressamente o que deveria ser corrigido e/ou complementado pelo autor. – OPÇÃO CORRETA.**
- Deu prosseguimento à causa, suprindo ele próprio as omissões presentes na petição no que fosse possível, aplicando o princípio da cooperação e preservando os interesses e direitos do autor.

Questão 07

M.A.T., criança de 5 anos, foi vítima de violência física, sexual e psicológica praticada por seu pai biológico, Célio, dentro da casa onde a família reside. Após relatos feitos à sua professora na escola, o Conselho Tutelar foi acionado e encaminhou a menor para atendimento na rede de proteção. De acordo com a Lei nº 13.431/2017, sua oitiva deverá seguir procedimentos específicos para evitar a sua revitimização e garantir a sua proteção. A escuta inicial de M.A.T. será realizada por um profissional habilitado, consoante procedimento estabelecido na referida lei, no contexto da escuta especializada, com o objetivo de compreender a situação e direcioná-la para o atendimento adequado. No âmbito judicial, deve-se garantir um ambiente acolhedor e protegido e, além disso, o depoimento terá procedimento próprio conforme estabelecido, expressamente, na Lei nº 13.431/2017. Diante do caso hipotético apresentado e com base na lei supramencionada, assinale a afirmativa correta.

- A escuta especializada e o depoimento especial são sinônimos, podendo ser realizados indistintamente por qualquer profissional da rede de proteção ou autoridade policial.
- O depoimento especial da menor poderá ser realizado na presença do agressor, desde que respeitadas as regras do contraditório e da ampla defesa, para garantir a paridade de armas no processo penal.
- O depoimento especial de M.A.T. será realizado pelo delegado de polícia, que poderá ouvi-la informalmente, quantas vezes se fizerem necessárias, na delegacia, para registrar os fatos, sem necessidade de profissional especializado.
- **M.A.T. será ouvida em dois momentos distintos: primeiro na escuta especializada, para fins de acolhimento e assistência na rede de proteção, e depois no depoimento especial, com valor probatório na investigação ou no processo judicial. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 08

J.M.S., um menino de 9 anos, perdeu os seus pais há três anos e, desde então, passou a residir com seus avós maternos. Durante o período de um ano, dezembro de 2023 a dezembro de 2024, ele sofreu violências físicas constantes, caracterizando crime de maus-tratos. A situação foi descoberta pela escola, após professores perceberem que ele apresentava hematomas frequentes e sinais de sofrimento psicológico. A escola acionou o Conselho Tutelar, que providenciou o acolhimento do menino na rede de proteção. No decorrer da investigação, foram adotadas medidas para assegurar que a criança recebesse tratamento digno e fosse protegida de novas agressões, garantindo-se o seu direito à intimidade e evitando exposição pública da sua história. Além disso, J.M.S. foi ouvido por profissionais capacitados. Com base nos direitos e garantias previstos na Lei nº 13.431/2017, assinale a afirmativa correta.

- A proteção de J.M.S. está condicionada à sua classe social e condição econômica, pois crianças de baixa renda têm prioridade nos serviços da rede de proteção em relação a crianças de classes mais altas.
- O direito de J.M.S. permanecer em silêncio não pode ser assegurado, pois a legislação exige que toda criança, vítima de violência, fale sobre os abusos sofridos para garantir a punição dos agressores.
- **A legislação assegura que J.M.S. seja tratado com dignidade e de forma abrangente, recebendo apoio psicológico, proteção contra os seus agressores e acompanhamento especializado na rede de proteção. – OPÇÃO CORRETA.**
- J.M.S., por ser menor de idade, não pode expressar sua opinião sobre onde deseja morar ou sobre as medidas que serão adotadas, pois as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelos responsáveis legais.

Questão 09

Em 10 de março de 2023, Carlos cometeu um crime de fraude, para o qual, sob a lei vigente desde 2018, a pena prevista era de 8 a 10 anos de reclusão. Em 20 de janeiro de 2024, ocorreu uma alteração legislativa que reduzia a pena para entre 3 e 5 anos de reclusão para o mesmo tipo de infração. Em 17 de fevereiro de 2024, Carlos é condenado com base no crime praticado em 2023. Em 2025, durante o cumprimento de sua pena, uma nova mudança legislativa ajusta a pena para um intervalo de 4 a 7 anos de reclusão. Diante das sucessivas alterações nas leis penais, Carlos solicita à justiça a revisão de sua sentença, argumentando que deve ser aplicada a norma mais favorável. De acordo com os princípios de aplicação da lei penal no tempo, qual legislação deverá reger a situação de Carlos?

- Lei de 2025, com pena de 4 a 7 anos, por ser a norma mais recente aplicada no curso da execução da pena.
- **Lei de 2024, com pena de 3 a 5 anos, por ser a mais benéfica, aplicando-se o princípio da retroatividade benéfica. – OPÇÃO CORRETA.**
- Lei vigente em 2018, com pena de 8 a 10 anos, pois era a norma em vigor no momento da ação ou omissão do crime.
- Nenhuma modificação é necessária, pois a condenação já foi proferida em 2024 sob a legislação vigente à época do crime.

Questão 10

Clara comparece à delegacia para noticiar supostos crimes de desvio de patrimônio e falsificação documental cometidos por Joana, uma ex-namorada. Durante o depoimento, Clara e seu advogado fornecem detalhes sobre o caso, listam as testemunhas e entregam documentos que evidenciam a materialidade do delito e indícios de autoria. Três dias após o registro da notícia-crime, a delegada Giovana, responsável pelo caso, decide, sem realizar qualquer ato investigatório, indeferir a abertura do inquérito policial e ordena a suspensão do procedimento investigativo. Considerando os procedimentos adequados para dar continuidade à investigação apresentada, o que deverá ser feito?

- Recorrer ao Ministério Público para revisar a decisão de instauração do inquérito.
- **Recorrer ao chefe de polícia sobre a decisão do delegado de não abrir o inquérito policial. – OPÇÃO CORRETA.**
- Pedir que o Judiciário receba o caso, visto que a decisão de não investigar cabe à análise judicial nessas circunstâncias.
- Solicitar que os documentos sejam encaminhados ao Ministério Público, já que apenas tal órgão tem a prerrogativa de decidir sobre o não prosseguimento de investigações.

Questão 11

Considerando que a Lei de Execução Fiscal – LEF, Lei nº 6.830/1980, trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências, analise as afirmativas a seguir.

- O prazo para oferecimento de embargos à execução fiscal inicia-se a partir da intimação do depósito, após sua formalização e redução a termo.
- A simples falta de pagamento do tributo não configura, por si só, nem em tese, circunstância que acarreta a responsabilidade subsidiária do sócio, prevista no art. 135 do CTN. É indispensável, para tanto, que tenha agido com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa.
- Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito.

Está de acordo com a atual jurisprudência do STJ o que se afirma em

- **I, II, III e IV. – OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.

Questão 12

De acordo com a Lei de Execução Fiscal – LEF, Lei nº 6.830/1980, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O depósito integral do débito tributário para garantia do juízo afasta a incidência dos juros de mora a partir da data em que foi efetivado.
- () Em execução fiscal, a conversão do depósito em renda ou o levantamento da garantia só é possível após o trânsito em julgado.
- () A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.
- () Em execução fiscal ajuizada por conselho de fiscalização profissional, seu representante judicial possui a prerrogativa de ser pessoalmente intimado.

De acordo com atual jurisprudência do STJ, a sequência está correta em

- **V, V, V, V. – OPÇÃO CORRETA.**
- V, V, F, F.
- F, F, V, V.
- F, F, F, F.

Questão 13

Z.Z.Z., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, é “inimigo político” de W.W.W., também maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta. Em 5 de janeiro de 2025, aproximadamente às 15 horas e 20 minutos, no *Fun Country Club*, na cidade Brejetuba/ES, Z.Z.Z. avista W.W.W. próximo à piscina e, imediatamente, parte em sua direção, com a vontade livre e consciente de praticar vias de fato em seu desfavor; todavia, por circunstâncias alheias à sua vontade, é impedido por populares que se encontravam ao redor da piscina da agremiação retromencionada. Considerando as circunstâncias hipotéticas narradas no texto, assinale a alternativa correta.

- Em tese, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a conduta de Z.Z.Z. não é punível. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela tentativa da contravenção penal denominada – vias de fato – descrita no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei de Contravenções Penais.
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela consumação da contravenção penal denominada – vias de fato – descrita no art. 21, do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que instituiu a Lei de Contravenções Penais.
- Em tese, Z.Z.Z. deve ser responsabilizado e punido pela tentativa do crime denominado – abolição violenta do Estado Democrático de Direito – descrito no art. 359-L, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro.

Questão 14

De acordo com a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, estando evidenciados os pressupostos enumerados na lei retrocitada, poderá ser favorecido pela transação penal:

- José, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, deflagrou a infração penal prevista no *caput* do art. 202, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de reclusão de um a três anos, e multa.
- Solange, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal denominada – homicídio culposo – prevista no §3º, do art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de detenção de um a três anos.
- Maria, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal denominada – furto simples – prevista no *caput* do art. 155, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, cujo preceito secundário dispõe a pena de reclusão de um a quatro anos, e multa.
- Paulo, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, praticou a infração penal descrita no art. 38, da Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, cujo preceito secundário dispõe a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e pagamento de cinquenta a duzentos dias-multa. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 15

Uma sociedade empresária foi condenada a reparar os danos causados por defeitos na prestação de serviços a determinado consumidor. Na fase de cumprimento da sentença, foi comprovado que houve encerramento da pessoa jurídica provocado por má administração; nesse caso, a Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) dispõe que o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade. Sobre a responsabilidade de outras sociedades relacionadas à sociedade empresária executada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- As sociedades coligadas só responderão por culpa.
- As sociedades controladas são solidariamente responsáveis. – **OPÇÃO CORRETA.**
- As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis.
- As sociedades integrantes dos grupos societários são subsidiariamente responsáveis.

Questão 16

O território do estado de Minas Gerais, para a administração da justiça em primeira instância, divide-se em comarcas. As comarcas constituem-se de um ou mais municípios, em área contínua, sempre que possível, e têm por sede a do município que lhes der o nome. As comarcas classificam-se como: de entrância especial – as que têm cinco ou mais varas instaladas e população igual ou superior a cento e trinta mil habitantes; de primeira entrância – as que têm apenas uma vara instalada; e de segunda entrância – as que não se enquadram nas hipóteses anteriores. A jurisdição de primeiro grau é exercida por, EXCETO:

- Juiz de Direito.
- Tribunal do Júri.
- Juizados Especiais.
- Central de Conciliação (CEJUSC). – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 17

O atual Presidente do TJMG é o Exmo. Desembargador Dr. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, e, o Primeiro Vice-Presidente, o Exmo. Desembargador Dr. Marcos Lincoln dos Santos. Por disposição legal presente no Regimento Interno do TJMG, ambos fazem parte do Conselho da Magistratura. Sobre esse Conselho e sua composição, analise os membros a seguir.

- I. Corregedor-Geral de Justiça, membro nato.
- II. Desembargador com maior antiguidade, entre os não integrantes do Órgão Especial do Tribunal, membro nato.
- III. Cinco Desembargadores, dentre os não integrantes do Órgão Especial do Tribunal, eleitos pelo Tribunal Pleno, observado o quinto constitucional.
- IV. Doze Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno, observados o quinto constitucional.

Está correto, enquanto membros do Conselho da Magistratura do TJMG, o que se afirma apenas em

- I e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I e IV.
- II e III.
- II e IV.

Questão 18

Sobre as diversas Comissões previstas no Regimento Interno do TJMG, analise as alternativas a seguir.

- I. Comissão de Organização e Divisão Judiciárias.
- II. Comissão de Divulgação da Jurisprudência.
- III. Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças.
- IV. Comissão de Recepção de Autoridades, Honraria e Memória.
- V. Comissão de Segurança Institucional.

São Comissões em que faz parte e preside o Presidente do TJMG o que se afirma em

- I, II, III, IV e V.
- II e V, apenas.
- I, III e IV, apenas.
- I, III, IV e V, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 19

Laura, vítima de violência doméstica, recebeu medidas protetivas de urgência contra o seu ex-companheiro e agressor, Mauro, que incluem também restrições sobre as visitas aos filhos menores do casal. A medida foi registrada no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça, assegurando acesso imediato às autoridades competentes para garantir a fiscalização. Diante da situação, o juiz determinou que, para a proteção dos menores, as visitas de Mauro aos filhos seriam objeto de avaliação pela equipe de atendimento multidisciplinar. Após a análise, foi decidido que as condições das visitas precisariam ser ajustadas, considerando o risco que Mauro poderia representar. Com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e no caso hipotético descrito, qual é uma medida legalmente adequada que o juiz pode tomar em relação às visitas de Mauro aos seus filhos?

- Proibir as visitas de acordo com a vontade de Laura.
- Estabelecer uma agenda de visitas autorizada pelo juízo.
- Determinar que as visitas sejam supervisionadas por um conselheiro tutelar.
- **Determinar restrição ou suspensão das visitas, conforme avaliação profissional. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 20

Mariana e Júlia estão em um relacionamento amoroso há 5 anos, morando juntas há 2 anos. Recentemente, Mariana tem demonstrado comportamentos agressivos devido a problemas financeiros, resultando em episódios recorrentes de violência física e psicológica contra Júlia. Preocupada com a sua segurança, Júlia quer buscar proteção legal, mas tem dúvidas se a Lei Maria da Penha se aplicaria ao seu caso, considerando que ambas são mulheres. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), como se caracteriza a proteção legal nesse cenário de relacionamento homoafetivo?

- A aplicabilidade da lei depende da diferença de força física entre as parceiras.
- **A proteção legal se aplica, independentemente da orientação sexual das envolvidas. – OPÇÃO CORRETA.**
- O caso não se enquadra como violência doméstica devido à natureza homoafetiva da relação.
- A lei considera que ambas as partes estão em situação de igualdade por serem do mesmo gênero.

LÍNGUA PORTUGUESA

É preciso valorizar o velho para aprender a apreciar a novidade

Um caso recente chama a atenção para a realidade avassaladora de que pessoas idosas no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária, acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto.

Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior. Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.

A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.

É fato que, em diversas oportunidades, a violência se manifesta como uma reação do cuidador às situações de exaustão ou mesmo despreparo para lidar com o contexto de cuidados necessários. Também não é incomum que os abusos decorram de desconhecimento sobre direitos e/ou deveres envolvidos na relação de convivência.

Em todos os casos, é preciso observar o impacto do etarismo ou idadismo nos relacionamentos entre gerações.

Etarismo ou idadismo é a discriminação baseada na idade ou no envelhecimento e, como diversas outras formas de preconceito, encontra-se enraizada em nossa sociedade. Não é difícil perceber que, em uma sociedade estruturada na necessidade extrema de consumo, de novidade atrás de novidade, na qual um objeto que não seja novo, recém-adquirido já não atrai mais, tal dinâmica não passe a ditar também as relações humanas.

Não é incomum e nem causa espanto que, no lugar de buscarmos a experiência, a vivência daqueles que nos antecederam como algo precioso, como privilégio, vejamos a pessoa idosa e tudo o que ela tem a dizer como superado ou superável e, em certo ponto, até mesmo descartável. E essa descartabilidade se irradia por todas as relações, inclusive para normalizar a violência, especialmente as mais silenciosas, que não deixam marcas aparentes, e a discriminação.

Esse caminho, além de perverso, é perigoso e certamente atingirá a cada um de nós em algum momento. Não nos esqueçamos: estamos envelhecendo a cada segundo. Com esse objetivo, de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos da pessoa idosa e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

É necessário o combate aos abusos e à violência nas suas manifestações mais primárias para que aquelas mais graves não cheguem a acontecer ou, quando acontecerem, sejam devidamente reprimidas.

É necessário que a sociedade esteja atenta e alerta, também priorize a qualidade de vida, juntamente o bem-estar de todas as pessoas, especialmente daquelas que não só contribuíram para que tenhamos avançado até aqui e ainda contribuem na medida em que podem nos ensinar com seus acertos e principalmente por seus erros.

É necessário virar a chave social para perceber que a novidade é maravilhosa e atrai de forma apaixonante, mas só a experiência, a sabedoria e a maturidade podem nos trazer o equilíbrio para apreciarmos de verdade o que é novo.

O Ministério Público, enquanto órgão incumbido também da defesa dos valores mais importantes ao corpo social, trabalha diariamente na promoção de direitos da pessoa idosa e na efetivação das políticas públicas de proteção. Se você tomar conhecimento ou presenciar situação de violência ou abuso contra pessoa idosa, denuncie!

(Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência. Estado de Minas. Em: 15/06/2024.)

Questão 21

O emprego de algumas expressões e termos linguísticos permite reconhecer a construção de um enunciador de acordo com a intencionalidade do enunciado proposto, assim, pode-se afirmar que no 3º e 4º§ do texto:

- A utilização de uma linguagem formal permite ao enunciador demonstrar objetividade, clareza e autoridade no assunto exposto. – **OPÇÃO CORRETA (GABARITO ALTERADO)**
- Termos como “buscamos”, “vejamos”, “nos” e “nós” demonstram inclusão, indicando proximidade do enunciador para com o interlocutor.
- A expressão “a vivência daqueles”, em que há referência à terceira pessoa do discurso, denota possibilidades interpretativas de um enunciador que, alheio aos fatos, afasta-se deles, para concluir e expressar o seu posicionamento.
- Não é possível identificar o enunciador de forma precisa a partir das expressões “buscamos” e “vejamos”, escolha linguística que denota apagamento de qualquer tipo de subjetividade com a qual o texto possa estar comprometido.

Questão 22

Pode-se afirmar que o 1º§ do texto constitui-se a partir de:

- Ponto de vista seguido de argumento. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Analogia associada a um estudo de caso.
- Ponto de vista seguido de citação de autoridade.
- Fato noticiado de grande repercussão seguido de posicionamento crítico.

Questão 23

Considerando o emprego de oração subordinada subjetiva para constituição do título atribuído ao texto, indique a alternativa que corresponde a tal estrutura e mantém o sentido produzido por ela.

- A valorização do velho é necessária para a apreciação do novo.
- Ainda que haja valorização do velho, o novo também deve ser apreciado.
- **É preciso que valorizemos o velho para aprendermos a apreciar a novidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- É preciso que o velho seja valorizado, mas também a novidade deve ser apreciada.

Questão 24

A escolha lexical contribui para que a produção de efeitos de sentido tenha um direcionamento com um propósito comunicativo de acordo com a intenção do enunciador.

“Um caso (I) recente chama a atenção para a realidade avassaladora (II) de que pessoas idosas (III) no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária (IV), acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto (V).” (1º§)

Assim, considerando as expressões destacadas a seguir, indica contribuição para a explicitação de posicionamento específico o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- **II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

Questão 25

Em “*para aprender a apreciar a novidade*” (título), pode-se afirmar que:

- A função dos termos destacados é equivalente, assim como a impossibilidade de sua omissão.
- No contexto apresentado, o verbo “aprender” exige o uso da preposição; portanto, faz-se obrigatório o emprego do acento indicador de crase.
- **Os termos destacados indicam categorias gramaticais distintas, apesar de serem equivalentes quanto à grafia, desempenhando funções diferentes na oração. – OPÇÃO CORRETA.**
- A omissão dos termos destacados implicaria em redução da oração e consequente síntese da ideia apresentada preservando a correção, gramatical e semântica, original.

Questão 26

Dentre os trechos destacados a seguir, aquele que denota tomada de posição do enunciador de forma explícita, com a qual a argumentação construída contribui, está indicado em:

- “Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.” (3º§)
- **“Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.” (2º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, [...]” (4º§)
- “Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.” (3º§)

Questão 27

Em “*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§), observa-se o uso das vírgulas em que:

- Há propósitos distintos como, por exemplo, a separação de uma aposição. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A extensão do período é o principal fator para justificar o emprego do sinal de pontuação.
- Separando o trecho: “*mas se manifesta de muitas maneiras*”, a principal função é indicar a importância dessa informação.
- O deslocamento de “*não está restrita à agressão física*” para a posição logo após “*A violência*” manteria as vírgulas conforme o trecho original.

Questão 28

Assinale a frase em que o verbo “*haver*” tem valor semântico (desconsidere o tempo e modo verbal) diferente do produzido em “*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o ‘Disque 100’, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.*” (3º§)

- Haveria possibilidade de que a viagem agendada seja remarcada?
- No passado, houve muitas e muitas tentativas para modificar esta situação.
- **Disse que havia pensado em várias possibilidades para solucionar o problema. – OPÇÃO CORRETA.**
- É possível que haja sérias complicações decorrentes das escolhas feitas pelo grupo.

Questão 29

Dentre as expressões destacadas a seguir e respectivas propostas de substituição para uma possível reescrita, há adequação indicada em:

- “*no lugar de*” (8º§) / já que em vez de
- “*além de perverso*” (9º§) / posto que perverso
- **“*o impacto*” (6º§) / consequências significativas – OPÇÃO CORRETA.**
- “*essa descartabilidade*” (8º§) / a essa rejeição que

Questão 30

“*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§) A omissão dos acentos dos vocábulos acentuados no período destacado anteriormente implicaria em:

- I. Comprometimento do alcance do objetivo comunicativo.
- II. Alteração da categoria gramatical para alguns vocábulos.
- III. Possibilidades de novas leituras e produção de sentido do período.
- IV. Adequação à variedade informal da língua em outro contexto comunicativo.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e III, apenas.
- **I, II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João Paulo é psicólogo e atua em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) há um ano, tendo iniciado o trabalho logo após concluir a sua graduação. Entretanto, a coordenação do CRAS tem recebido alguns relatos de que ele trata as pessoas assistidas pela proteção básica de modo preconceituoso, já tendo dito várias vezes que as pessoas que chegam aos serviços são preguiçosas e que oferecer benefícios, através da proteção básica, serve apenas para continuar mantendo-as dependentes do governo. Nesse sentido, existem, inclusive, relatos de que quando ele atende pessoas com maior nível de escolaridade, tenta convencê-las de que o serviço não é para elas. João Paulo diz que com o estudo que elas possuem podem conseguir trabalho facilmente, não precisando das migalhas dadas pelo CRAS e, ainda, que nem precisam ou merecem ser comparadas aos pobres, que preferem receber quaisquer benefícios a trabalhar duro para melhorar de vida. Ainda, segundo o relato de profissionais da equipe técnica, João Paulo sempre diz que eles são “bobos” e pouco técnicos em sua atuação, porque superprotegem as pessoas que buscam os serviços, ao invés de se limitarem a cumprir suas funções. Ele afirma que, por causa dessa superproteção, eles não dão conta do próprio trabalho e, quando pedem ajuda a João Paulo, ele declara que não é problema dele. Luciana, uma psicóloga que atua no mesmo CRAS que João Paulo, perguntou se por acaso ele conhecia o Código de Ética Profissional, porque, na opinião dela, os princípios que deveriam fundamentar o seu trabalho eram ignorados e que iria acionar o CRP, uma vez que ele não cumpria com vedações e deveres estabelecidos no Código de Ética. Considerando o relato sobre a atuação de João Paulo, analise as afirmativas que indicam proibições e deveres estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e que podem ser empregados para embasar a reclamação de Luciana.

- I. Um dos argumentos possíveis é que João Paulo não cumpre com o dever de ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.
- II. João Paulo demonstra descumprimento do Código de Ética ao adotar postura que possa induzir as pessoas a quem atende com suas convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, quando do exercício de suas funções profissionais.
- III. A postura de João Paulo em sua atuação profissional no CRAS demonstra que ele não está capacitado pessoal, teórica e tecnicamente para assumir as responsabilidades profissionais para atuar naquele serviço, o que pode ser argumento utilizado para a transgressão ao Código de Ética.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.

LIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João Paulo é psicólogo e atua em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) há um ano, tendo iniciado o trabalho logo após concluir a sua graduação. Entretanto, a coordenação do CRAS tem recebido alguns relatos de que ele trata as pessoas assistidas pela proteção básica de modo preconceituoso, já tendo dito várias vezes que as pessoas que chegam aos serviços são preguiçosas e que oferecer benefícios, através da proteção básica, serve apenas para continuar mantendo-as dependentes do governo. Nesse sentido, existem, inclusive, relatos de que quando ele atende pessoas com maior nível de escolaridade, tenta convencê-las de que o serviço não é para elas. João Paulo diz que com o estudo que elas possuem podem conseguir trabalho facilmente, não precisando das migalhas dadas pelo CRAS e, ainda, que nem precisam ou merecem ser comparadas aos pobres, que preferem receber quaisquer benefícios a trabalhar duro para melhorar de vida. Ainda, segundo o relato de profissionais da equipe técnica, João Paulo sempre diz que eles são “bobos” e pouco técnicos em sua atuação, porque superprotegem as pessoas que buscam os serviços, ao invés de se limitarem a cumprir suas funções. Ele afirma que, por causa dessa superproteção, eles não dão conta do próprio trabalho e, quando pedem ajuda a João Paulo, ele declara que não é problema dele. Luciana, uma psicóloga que atua no mesmo CRAS que João Paulo, perguntou se por acaso ele conhecia o Código de Ética Profissional, porque, na opinião dela, os princípios que deveriam fundamentar o seu trabalho eram ignorados e que iria acionar o CRP, uma vez que ele não cumpria com vedações e deveres estabelecidos no Código de Ética. Considerando o relato sobre a atuação de João Paulo, analise as afirmativas que indicam proibições e deveres estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e que podem ser empregados para embasar a reclamação de Luciana.

- I. Um dos argumentos possíveis é que João Paulo não cumpre com o dever de ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.
- II. João Paulo demonstra descumprimento do Código de Ética ao adotar postura que possa induzir as pessoas a quem atende com suas convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, quando do exercício de suas funções profissionais.
- III. A postura de João Paulo em sua atuação profissional no CRAS demonstra que ele não está capacitado pessoal, teórica e tecnicamente para assumir as responsabilidades profissionais para atuar naquele serviço, o que pode ser argumento utilizado para a transgressão ao Código de Ética.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.

Questão 02

Maria Clara trabalha como psicóloga clínica e recentemente recebeu P.H., um adolescente de 16 anos, que alega sofrer *bullying* na escola, dizendo que não quer mais ir para à aula, mas que é obrigado porque seus pais não sabem o que está acontecendo. Disse que não contou nada por que tem vergonha das humilhações que sofre todo os dias. Relatou, ainda, que a escola nunca fez nada para resolver o problema, mas que uma amiga de sala disse que talvez fazer terapia fosse bom para ele. Por isso, agendou um horário e procurou Maria Clara. Considerando o Código de Ética Profissional no que se refere às normas para atendimento a crianças e adolescentes, quanto aos procedimentos que Maria Clara deverá realizar para o atendimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A realização de terapia se caracteriza como uma situação de atendimento não eventual, o que requer que Maria Clara obtenha autorização de ao menos um dos responsáveis de P.H..
- II. Caso não seja apresentado um responsável legal, Maria Clara deverá efetuar o atendimento e comunicá-lo às autoridades competentes.
- III. Maria Clara deve se responsabilizar pelos encaminhamentos que forem necessários para garantir a proteção integral de P.H..
- IV. Ao comunicar aos responsáveis de P.H. sobre o atendimento, deverá evidenciar todos os aspectos relatados por P.H. para que possam promover medidas que o beneficiem.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e IV, apenas.
- III e IV, apenas.
- I, II e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 03

Letícia, 12 anos, está apresentando mudanças significativas em seu comportamento desde que seus pais iniciaram uma fase de conflitos constantes. Na escola, a menina tornou-se mais retraída e, em casa, mostra-se ansiosa e insegura, evitando as atividades que antes apreciava. Os professores relatam queda no rendimento escolar e dificuldade em socializar com os colegas. Considerando o desenvolvimento emocional e social na infância e adolescência, assinale a alternativa correta sobre o impacto da dinâmica familiar em casos similares ao de Letícia.

- A transição para a adolescência independe do contexto familiar, sendo influenciada somente pela maturação neurobiológica da criança.
- Desde que a criança realize atividade extraclasse, como esportes e artes, a situação familiar não interfere em seu desenvolvimento social e emocional.
- **A falta de estabilidade no ambiente familiar pode intensificar inseguranças e comprometer habilidades de socialização, levando a retraimento e ansiedade. – OPÇÃO CORRETA.**
- Os conflitos familiares são intervenientes pouco significativos no desenvolvimento socioemocional da criança, pois a escola é o principal ambiente de socialização nessa faixa etária.

Questão 04

Mariana, 9 anos, tem testemunhado episódios de violência verbal e física entre seus cuidadores há, aproximadamente, dois anos. Recentemente, seus professores relataram irritabilidade frequente, distúrbios do sono e queda na concentração durante as aulas. A menina também passou a apresentar dificuldades para se relacionar com colegas e buscar atividades que antes a interessavam. Com base no impacto da violência familiar no desenvolvimento emocional e social da criança, assinale a descrição correta do impacto do referido ambiente na vida de Mariana.

- A criança que presencia violência física, embora sofra agressão indireta, não terá prejuízos no desenvolvimento emocional e cognitivo.
- A violência no ambiente familiar é indiferente às crianças, visto que são alvos indiretos da agressão, pois elas apenas observam passivamente.
- Em contextos de violência, as crianças tendem a desenvolver relações interpessoais mais saudáveis, pois se tornam mais resilientes mediante conflitos.
- **A exposição continuada à violência familiar pode prejudicar o desenvolvimento socioemocional, desencadeando comportamentos regressivos, ansiedade e dificuldades de relacionamento. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 05

Felipe, 15 anos, sempre demonstrou bom desempenho escolar e era considerado sociável e participativo. Recentemente, após ingressar em um novo grupo social na escola, começou a apresentar mudanças significativas no comportamento: passou a faltar aulas frequentemente, adotou atitudes agressivas e desafiadores, além de ter sido flagrado em situações envolvendo consumo de substâncias ilícitas. Ao ser abordado pelos pais, Felipe declarou: “preciso fazer o mesmo que eles para continuar sendo aceito, não quero ficar sozinho”. Considerando as teorias sobre desenvolvimento social do adolescente, especialmente relacionadas à influência dos pares e à formação da identidade social, assinale a afirmativa correta.

- Trata-se de um comportamento transitório e tão somente influenciado por fatores familiares, não havendo impacto significativo do grupo de pares no desenvolvimento social do adolescente.
- A situação descrita ilustra uma busca ativa por autonomia, típica do desenvolvimento social saudável na adolescência, não representando motivo de preocupação, já que comportamentos de risco fazem parte da experimentação social.
- **O caso ilustra a pressão por conformidade social típica da adolescência, fase na qual a necessidade de aceitação pelos pares pode levar à adoção de comportamentos arriscados ou antissociais, interferindo na consolidação da identidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- O adolescente do caso descrito apresenta características relacionadas ao fenômeno conhecido como identidade difusa, proposto por Erikson, que envolve comportamento passivo e submissão às normas sociais, sem questionamentos sobre o seu papel dentro do grupo.

Questão 06

Clara, psicóloga clínica, recebeu para atendimento psicológico, em seu consultório, Gabriel, adolescente de 14 anos, encaminhado por dificuldades escolares e comportamentais. Antes de iniciar qualquer intervenção terapêutica, Clara optou por realizar uma avaliação psicológica detalhada. Após algumas sessões de entrevistas iniciais, ela selecionou instrumentos padronizados para entender melhor o funcionamento cognitivo, emocional e social de Gabriel. Com base no caso hipotético e, ainda, considerando os conceitos e os objetivos da avaliação psicológica, assinale a afirmativa correta.

- A avaliação psicológica ocorre apenas após intervenção terapêutica, sendo utilizada exclusivamente para verificar o resultado de tratamentos anteriores.
- A avaliação psicológica realizada por Clara tem como único objetivo diagnosticar doenças mentais e transtornos psiquiátricos, utilizando testes predominantemente projetivos em detrimento dos objetivos.
- **A avaliação psicológica busca descrever, compreender e analisar o funcionamento psicológico do indivíduo, utilizando métodos e instrumentos científicos que possam subsidiar intervenções adequadas. – OPÇÃO CORRETA.**
- A avaliação psicológica tem como objetivo central aplicar o maior número possível de testes psicológicos ao paciente, independentemente do contexto clínico e social, garantindo diagnósticos precisos.

Questão 07

Leia atentamente o caso hipotético a seguir.

Joana é uma psicóloga clínica que recebeu em seu consultório um adolescente de 16 anos encaminhado pela escola por apresentar dificuldades de concentração, queda no rendimento escolar e isolamento social. Para compreender adequadamente o quadro apresentado, Joana decidiu realizar uma avaliação psicológica abrangente, utilizando entrevistas estruturadas, aplicação de testes psicológicos padronizados e observação clínica.

Considerando o conceito e o objetivo da avaliação psicológica em conformidade com o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- O procedimento adotado por Joana está incorreto, pois a avaliação psicológica se restringe exclusivamente ao uso de entrevistas clínicas não estruturadas.
- A aplicação dos testes psicológicos por Joana é inadequada, pois a avaliação psicológica deve utilizar apenas técnicas qualitativas como entrevistas e observações informais.
- O objetivo principal da avaliação psicológica realizada por Joana é confirmar previamente a hipótese diagnóstica indicada pela escola, sem necessidade de integrar diferentes métodos avaliativos.
- **Ao utilizar métodos variados Joana agiu corretamente para obter informações que permitam compreender a dinâmica psicológica do adolescente, auxiliando no diagnóstico e planejamento da intervenção adequada. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 08

João procurou um psicólogo para realizar uma avaliação pericial solicitada pelo Poder Judiciário, em que se investigam possíveis danos psicológicos decorrentes de assédio moral no ambiente de trabalho. Durante a entrevista psicológica, o profissional se deparou com informações sensíveis sobre a dinâmica familiar de João, bem como dados clínicos prévios. Ao elaborar o documento psicológico final (laudo ou relatório), o psicólogo ficou em dúvida sobre quais informações deveria incluir de forma detalhada ou sumária, considerando a normativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para redação de documentos e a necessidade de preservar os direitos do cliente. Considerando o caso hipotético e, ainda, de acordo com Resolução do CFP, que regula a elaboração e redação de documentos, o psicólogo:

- Pode omitir qualquer informação que considere desfavorável ao cliente, a fim de proteger sua privacidade, independentemente de seu valor probatório.
- Pode registrar e expor todas as informações obtidas na entrevista, inclusive detalhes íntimos, pois, cabe ao Judiciário filtrar o que é relevante ou não para o processo.
- Deve restringir o documento estritamente ao relato literal das falas do entrevistado, sem qualquer análise ou interpretação, para que não haja riscos de violação das informações sigilosas.
- Deve registrar informações objetivas e indispensáveis ao objetivo da avaliação, com a devida contextualização, protegendo os dados sensíveis que não sejam fundamentais ao caso, em consonância com o sigilo profissional. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 09

Carlos, 35 anos, apresenta um quadro caracterizado por episódios recorrentes de humor depressivo, intercalados com períodos de normalidade, sem evidências de sintomas psicóticos ou marcantes alterações comportamentais. Durante a avaliação clínica, o psicólogo utiliza uma abordagem teórica que remete a um dos marcos históricos da psicopatologia – a sistematização dos transtornos mentais com base na observação dos sintomas e na evolução temporal dos quadros clínicos. De acordo com essa perspectiva histórica, assinale a alternativa que representa corretamente a abordagem teórica empregada na avaliação de Carlos.

- Abordagem fenomenológica de Jaspers: privilegia a compreensão subjetiva das experiências vividas pelo paciente.
- Abordagem psicanalítica de Freud: enfatiza a dinâmica dos conflitos inconscientes e a influência das experiências infantis.
- Abordagem comportamental de Skinner: foca na observação e modificação dos comportamentos através de técnicas de condicionamento.
- Abordagem categorial de Kraepelin: classifica os transtornos mentais por meio da identificação de síndromes específicas e da análise do curso evolutivo dos sintomas. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 10

Durante uma avaliação clínica, o psicólogo observa que um paciente com quadro depressivo apresenta, além de sintomas como alterações no sono e no apetite, dificuldades significativas nas relações interpessoais e estressores socioambientais. Ao utilizar a abordagem teórica biopsicossocial na compreensão e intervenção do caso, o profissional busca integrar de forma interdependente os fatores biológicos, psicológicos e sociais que contribuem para o quadro clínico. Considerando os pressupostos dessa abordagem, é correto afirmar que o profissional:

- Enfatiza os conflitos inconscientes e as experiências infantis, desconsiderando as influências sociais e ambientais.
- Concentra sua atenção apenas nas condições socioambientais, atribuindo os transtornos mentais unicamente aos estressores externos.
- Integra os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, reconhecendo a interação desses fatores na gênese e manutenção dos sintomas. – OPÇÃO CORRETA.
- Foca unicamente nos aspectos biológicos, considerando que alterações neuroquímicas são as únicas responsáveis pelos transtornos mentais.

Questão 11

Durante atendimento psicológico em um hospital geral, um paciente do sexo masculino, 38 anos, é encaminhado para avaliação devido a comportamento estranho observado pela equipe de enfermagem. Relatam que o paciente demonstra grande dificuldade em manter o foco em qualquer atividade, mesmo as mais simples, como responder perguntas básicas ou acompanhar o conteúdo de uma televisão ligada à sua frente. Em outro momento, o paciente aparenta estar fixado em um único estímulo do ambiente, demonstrando uma atenção excessivamente estreitada, como se todo o resto deixasse de existir. A avaliação clínica sugere ausência de *deficits* neurológicos estruturais evidentes, e o exame toxicológico não revelou uso recente de substâncias psicoativas. Considerando o caso hipotético e as alterações da atenção, assinale a alternativa correta quanto aos fenômenos atencionais apresentados pelo paciente.

- O paciente apresenta hipermetamorfose e distraibilidade, típicas de quadros de manias e estados confusos agudos, respectivamente.
- Os sintomas são compatíveis com hipoprosexia e hiperprosexia, indicando flutuação acentuada entre os polos quantitativos da atenção. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Trata-se de distração e vigilância aumentada, características qualitativas da atenção presentes em transtornos de ansiedade generalizada.
- Trata-se de hipoprosexia e perseveração, fenômenos que refletem prejuízos secundários a quadros neurodegenerativos frontotemporais.

O caso hipotético contextualiza as questões de 12 a 14. Leia-o atentamente.

Gertrudes é psicóloga clínica e atua como perita em casos judiciais da Vara da Família, especialmente os que envolvem crianças e adolescentes. Recentemente recebeu uma solicitação de avaliação de um caso envolvendo L., criança de sexo feminino, 9 anos, filha de Joana e Carlos. O casal está separado há quatro anos e, na ocasião, foi estabelecida a guarda compartilhada; entretanto, Joana ingressou com uma ação judicial solicitando a mudança da guarda para unilateral. Segundo Joana, após dois anos de funcionamento da guarda compartilhada, Carlos se casou novamente e, logo em seguida, teve uma outra filha com a segunda esposa. Após o casamento, Carlos alterou a frequência com que L. permanecia em sua casa, limitando muitas vezes apenas a finais de semana a cada 15 ou 20 dias. Assim, L. passou a reclamar com Joana que sentia falta de estar mais perto do pai e da irmã que havia acabado de nascer. Joana por várias vezes tentou dialogar com Carlos, explicando que L. precisava manter a rotina que tinha antes, afinal, ela tinha o seu quarto na casa do pai, estabeleceu vínculos afetivos com outras crianças que moravam perto da casa de Carlos e se ressentia por não poder estar presente como antes. Carlos acabou retornando com a rotina anterior de L., na qual ela passava uma semana com a mãe e a outra com o pai. Ainda assim, Joana diz que se preocupava com a possibilidade de que Carlos passasse a tratar L. de forma diferente por causa da filha recém-nascida. Entretanto, Joana começou a perceber mudanças no comportamento de L., que pedia para ficar mais dias na casa do pai e muitas vezes era agressiva, fazendo constantes comparações com a atual esposa de Carlos. Em uma ocasião, L. disse que preferia que Joana não fosse sua mãe, que ela era louca, porque ela vivia brigando com o pai. Joana tentou conversar mais uma vez com Carlos, mas ele disse que não havia o que conversar; e, ainda, se L. quisesse ficar permanentemente com ele, entraria na justiça para a revisão da guarda. Foi nesse momento que Joana então ingressou com a ação judicial, alegando, entre outros fatores para revisão da guarda, alienação parental promovida por Carlos.

Questão 12

Com base na solicitação feita pelo juiz de uma perícia psicológica face à possibilidade de alienação parental, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Gertrudes deverá produzir um laudo pericial a partir de uma ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso que se apresenta.
- () Uma etapa necessária à avaliação psicológica é a realização da entrevista pessoal com as partes.
- () Também deve ser avaliado o histórico do relacionamento do casal e da separação.
- () Gertrudes deverá realizar a avaliação de personalidade apenas para L..
- () Gertrudes deverá avaliar como L. se manifesta sobre uma eventual acusação contra Carlos.

A sequência está correta em

- V, F, F, V, F.
- V, V, V, F, V. – **OPÇÃO CORRETA.**
- F, V, F, V, V.
- F, F, V, F, V.

Questão 13

Com base na solicitação de alteração da guarda compartilhada para a guarda unilateral, apresentada no caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de guarda unilateral em favor de Joana ou mesmo de Carlos, aquele que não detenha a guarda se torna obrigado a supervisionar os interesses de L., e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em situações que venham afetar a saúde física e psicológica e a educação dela.
- II. Caso Joana e Carlos estejam aptos a exercer o poder familiar, mas não houver acordo entre eles, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar não desejar a guarda ou se houver evidências de possível violência doméstica ou familiar.
- III. A guarda unilateral será concedida, caso um dos genitores declare em juízo que não deseja a guarda ou em caso de elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.
- IV. Caso o juiz verifique que L. não deve ficar sob a guarda nem de Joana ou de Carlos, a guarda será deferida a outra pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, podendo ser, preferencialmente, alguém com grau de parentesco e relações de afinidade e afetividade.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I, apenas.
- I, II e III, apenas.
- II, III e IV, apenas.

Questão 14

Considerando a guarda compartilhada, ainda vigente no caso hipotético relatado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- **No caso de guarda compartilhada, será considerado o atendimento da necessidade de ambos os pais. – OPÇÃO CORRETA.**
- O não cumprimento de cláusulas pactuadas na guarda compartilhada ensejará a aplicação de sanções.
- O tempo de convívio com o pai e a mãe, dividido de modo equilibrado, deverá sempre levar em consideração as condições táticas e o interesse dos filhos.
- Para o estabelecimento das atribuições do pai e da mãe, bem com os períodos de convivência de cada um, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, ter como base orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar.

Questão 15

Maria Eduarda é graduada em psicologia e iniciou trabalho clínico em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Durante os seus atendimentos recebeu Ana (genitora) juntamente com sua filha de 5 anos, com queixa de maus-tratos pelo padrasto nos últimos dias. A genitora relatou que a filha chora muito e que o seu companheiro não tem muita paciência com crianças. Ana trabalha o dia todo e sua filha fica na escola em tempo integral; porém, durante as férias precisou deixar a filha em casa com o companheiro que é diarista, por isso tem um horário flexível. Diante da demanda apresentada, a psicóloga iniciou os atendimentos clínicos com a criança. Através de momentos lúdicos, a profissional vem buscando entender o que está acontecendo nesse contexto familiar. Buscou, também, dialogar com outros órgãos para entender melhor a hipótese apresentada pela genitora. Para intervir no caso descrito, a psicóloga realizou a leitura de diversas legislações, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal normativa dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com o ECA, os serviços de saúde, em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social, em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, deverão:

- Comunicar ao Ministério Público com urgência e, ainda, atender os membros familiares, prioritariamente, sobre casos de crianças ou adolescente que sofreram qualquer tipo de negligência na primeira infância.
- Comunicar obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de castigo ou violência, abuso, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- **Conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. – OPÇÃO CORRETA.**
- Receber a informação ou comunicação de castigo ou violência, abuso, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos à criança ou adolescente e avaliar para detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.

Questão 16

Paulo, psicólogo clínico, trabalha em um órgão público atendendo crianças e adolescentes vítimas de negligência familiar. Seu trabalho é respaldado por vários órgãos; entre eles destaca-se o Decreto nº 10.701/2021, que instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Portanto, cabe a Paulo uma atuação com responsabilidade e dignidade, seguindo criteriosamente os objetivos desse programa. Sobre os objetivos específicos do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. Contribuir para o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- II. Promover a integração e a eficiência no funcionamento dos serviços de denúncia e notificação de violações dos direitos da criança e do adolescente.
- III. Estimular a integração das políticas que garantam a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.
- IV. Incentivar a atuação de organizações da sociedade civil no desenvolvimento de programas, projetos, ações e serviços na área do enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I, apenas.
- II e III, apenas.
- II e IV, apenas.

Questão 17

A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em especial o art. 4º dessa lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, considerando como formas de violência, a psicológica, a física, a sexual e a institucional.

(BRASIL. Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 2021.)

Maria tem 7 anos; atualmente, reside com sua genitora e avó. Nos últimos meses, Maria não tem encontrado a seu genitor por motivos de irregularidades em relação à pensão alimentícia. João, pai de Maria, tem tentado explicar a para mãe que ficou desempregado e que está aguardando o acerto dos direitos trabalhistas para pagar a pensão e, ainda, que sente muito a falta da filha e que tal fato não poderia ser o motivo de punição de não poder encontrá-la. Em falas com a avó, Maria ouviu a mãe dizer que a pensão está atrasada e que o motivo é a nova namorada que o seu pai arrumou; que viu em redes sociais ele saindo para vários locais com a amada. A genitora de Maria afirmou que, mesmo ele acertando a pensão, não irá permitir o contato da filha com o pai, pois não sabe que tipo de pessoa ele está se envolvendo e que não quer a filha convivendo com pessoas que ela não confia. João conseguiu realizar o pagamento da pensão; porém, Maria ainda não está se encontrando com o pai. Ela não quis ir à casa do pai, dizendo que está insegura e com medo de sair de perto de sua mãe. De acordo com as informações, bem como o caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isso a torna testemunha.
- II. O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com esse.
- III. Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer o seu desenvolvimento psíquico ou emocional.

Assinale a alternativa correta.

- As afirmativas I, II e III abordam a violência psicológica. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Apenas a afirmativa I trata sobre a violência psicológica.
- As afirmativas II e III versam sobre a violência institucional.
- Apenas a afirmativa III denota sobre a violência institucional.

Questão 18

Luísa é psicóloga e atua em uma equipe multiprofissional na estratégia de consultório de rua, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Periodicamente, ela precisa, juntamente com os demais membros da equipe, elaborar relatórios. Considerando as demandas para elaboração de relatórios, bem como as normas estabelecidas pela Resolução CFP nº 6/2019 para a produção de relatório multiprofissional, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O relatório multiprofissional é resultante da atuação de Luísa na equipe do consultório de rua; podendo ser produzido em conjunto com os demais profissionais da equipe, preservando a autonomia e a ética profissional de cada envolvido.
- () Tal como o relatório psicológico, o relatório multiprofissional não corresponde à descrição literal das sessões de atendimento ou acolhimento que Luísa realizou, salvo quando tal descrição se justifique tecnicamente.
- () A análise deve ser produzida em conjunto pelos profissionais que compõem a equipe.
- () A conclusão do relatório multiprofissional pode ser realizada em conjunto, principalmente nos casos em que se trate de um processo de trabalho.

A sequência está correta em

- V, F, F, F.
- F, F, V, F.
- V, V, F, V. – OPÇÃO CORRETA.
- F, V, V, V.

Questão 19

A Resolução CFP nº 6/2019 institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo no seu exercício profissional. Também estabelece os tipos de documentos que podem ser produzidos e as suas características. Com base nessa normativa, relacione adequadamente as modalidades de documentos psicológicos com suas respectivas características.

1. Declaração.
 2. Atestado psicológico.
 3. Relatório psicológico.
 4. Parecer psicológico.
- () Certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, afirmando as condições psicológicas de quem o solicita.
 - () Registra, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação do serviço realizado ou em realização, sendo vedado o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.
 - () Documento que comunica a atuação profissional do psicólogo em diferentes processos de trabalho desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.
 - () Resultado de um processo de avaliação psicológica, com a finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda, dirimindo dúvidas de uma questão-problema ou documento psicológico.

A sequência está correta em

- 1, 4, 2, 3.
- 2, 3, 4, 1.
- 2, 1, 3, 4. – OPÇÃO CORRETA.
- 3, 1, 4, 2.

Questão 20

Carlos Henrique atua como perito judicial, produzindo muitos documentos psicológicos e, portanto, precisa observar aspectos gerais quanto à guarda, envio, validade, entre outros. Considerando a Resolução CFP nº 6/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos escritos em decorrência da prestação de serviços psicológicos, assim como os materiais que fundamentaram sua elaboração, tanto físico quanto digitais, devem ser guardados pelo prazo mínimo de cinco anos.
- II. Os documentos devem conter a indicação do prazo de validade do conteúdo, que é de cinco anos.
- III. Os documentos entregues devem conter a assinatura do solicitante comprovando o recebimento do documento, bem como se responsabilizando pelo uso e sigilo das informações nele contidas.
- IV. É dever de Carlos Henrique realizar ao menos uma entrevista devolutiva à pessoa, grupo ou instituição atendida, ou responsáveis legais para a entrega de relatório e laudo psicológico.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e III.
- II e III.
- II e IV.
- I, III e IV. – OPÇÃO CORRETA.

LÍNGUA PORTUGUESA

É preciso valorizar o velho para aprender a apreciar a novidade

Um caso recente chama a atenção para a realidade avassaladora de que pessoas idosas no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária, acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto.

Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior. Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.

A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.

É fato que, em diversas oportunidades, a violência se manifesta como uma reação do cuidador às situações de exaustão ou mesmo despreparo para lidar com o contexto de cuidados necessários. Também não é incomum que os abusos decorram de desconhecimento sobre direitos e/ou deveres envolvidos na relação de convivência.

Em todos os casos, é preciso observar o impacto do etarismo ou idadismo nos relacionamentos entre gerações.

Etarismo ou idadismo é a discriminação baseada na idade ou no envelhecimento e, como diversas outras formas de preconceito, encontra-se enraizada em nossa sociedade. Não é difícil perceber que, em uma sociedade estruturada na necessidade extrema de consumo, de novidade atrás de novidade, na qual um objeto que não seja novo, recém-adquirido já não atrai mais, tal dinâmica não passe a ditar também as relações humanas.

Não é incomum e nem causa espanto que, no lugar de buscarmos a experiência, a vivência daqueles que nos antecederam como algo precioso, como privilégio, vejamos a pessoa idosa e tudo o que ela tem a dizer como superado ou superável e, em certo ponto, até mesmo descartável. E essa descartabilidade se irradia por todas as relações, inclusive para normalizar a violência, especialmente as mais silenciosas, que não deixam marcas aparentes, e a discriminação.

Esse caminho, além de perverso, é perigoso e certamente atingirá a cada um de nós em algum momento. Não nos esqueçamos: estamos envelhecendo a cada segundo. Com esse objetivo, de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos da pessoa idosa e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

É necessário o combate aos abusos e à violência nas suas manifestações mais primárias para que aquelas mais graves não cheguem a acontecer ou, quando acontecerem, sejam devidamente reprimidas.

É necessário que a sociedade esteja atenta e alerta, também priorize a qualidade de vida, juntamente o bem-estar de todas as pessoas, especialmente daquelas que não só contribuíram para que tenhamos avançado até aqui e ainda contribuem na medida em que podem nos ensinar com seus acertos e principalmente por seus erros.

É necessário virar a chave social para perceber que a novidade é maravilhosa e atrai de forma apaixonante, mas só a experiência, a sabedoria e a maturidade podem nos trazer o equilíbrio para apreciarmos de verdade o que é novo.

O Ministério Público, enquanto órgão incumbido também da defesa dos valores mais importantes ao corpo social, trabalha diariamente na promoção de direitos da pessoa idosa e na efetivação das políticas públicas de proteção. Se você tomar conhecimento ou presenciar situação de violência ou abuso contra pessoa idosa, denuncie!

(Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência. Estado de Minas. Em: 15/06/2024.)

Questão 21

O emprego de algumas expressões e termos linguísticos permite reconhecer a construção de um enunciador de acordo com a intencionalidade do enunciado proposto, assim, pode-se afirmar que no 3º e 4º§ do texto:

- **A utilização de uma linguagem formal permite ao enunciador demonstrar objetividade, clareza e autoridade no assunto exposto. – OPÇÃO CORRETA (GABARITO ALTERADO)**
- Termos como “buscarmos”, “vejamos”, “nos” e “nós” demonstram inclusão, indicando proximidade do enunciador para com o interlocutor.
- A expressão “a vivência daqueles”, em que há referência à terceira pessoa do discurso, denota possibilidades interpretativas de um enunciador que, alheio aos fatos, afasta-se deles, para concluir e expressar o seu posicionamento.
- Não é possível identificar o enunciador de forma precisa a partir das expressões “buscarmos” e “vejamos”, escolha linguística que denota apagamento de qualquer tipo de subjetividade com a qual o texto possa estar comprometido.

Questão 22

Pode-se afirmar que o 1º§ do texto constitui-se a partir de:

- Ponto de vista seguido de argumento. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Analogia associada a um estudo de caso.
- Ponto de vista seguido de citação de autoridade.
- Fato noticiado de grande repercussão seguido de posicionamento crítico.

Questão 23

Considerando o emprego de oração subordinada subjetiva para constituição do título atribuído ao texto, indique a alternativa que corresponde a tal estrutura e mantém o sentido produzido por ela.

- A valorização do velho é necessária para a apreciação do novo.
- Ainda que haja valorização do velho, o novo também deve ser apreciado.
- **É preciso que valorizemos o velho para aprendermos a apreciar a novidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- É preciso que o velho seja valorizado, mas também a novidade deve ser apreciada.

Questão 24

A escolha lexical contribui para que a produção de efeitos de sentido tenha um direcionamento com um propósito comunicativo de acordo com a intenção do enunciador.

“Um caso (I) recente chama a atenção para a realidade avassaladora (II) de que pessoas idosas (III) no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária (IV), acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto (V).” (1º§)

Assim, considerando as expressões destacadas a seguir, indica contribuição para a explicitação de posicionamento específico o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- **II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

Questão 25

Em “*para aprender a apreciar a novidade*” (título), pode-se afirmar que:

- A função dos termos destacados é equivalente, assim como a impossibilidade de sua omissão.
- No contexto apresentado, o verbo “aprender” exige o uso da preposição; portanto, faz-se obrigatório o emprego do acento indicador de crase.
- **Os termos destacados indicam categorias gramaticais distintas, apesar de serem equivalentes quanto à grafia, desempenhando funções diferentes na oração. – OPÇÃO CORRETA.**
- A omissão dos termos destacados implicaria em redução da oração e consequente síntese da ideia apresentada preservando a correção, gramatical e semântica, original.

Questão 26

Dentre os trechos destacados a seguir, aquele que denota tomada de posição do enunciador de forma explícita, com a qual a argumentação construída contribui, está indicado em:

- “Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.” (3º§)
- **“Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.” (2º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, [...]” (4º§)
- “Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.” (3º§)

Questão 27

Em “*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§), observa-se o uso das vírgulas em que:

- Há propósitos distintos como, por exemplo, a separação de uma aposição. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A extensão do período é o principal fator para justificar o emprego do sinal de pontuação.
- Separando o trecho: “*mas se manifesta de muitas maneiras*”, a principal função é indicar a importância dessa informação.
- O deslocamento de “*não está restrita à agressão física*” para a posição logo após “*A violência*” manteria as vírgulas conforme o trecho original.

Questão 28

Assinale a frase em que o verbo “*haver*” tem valor semântico (desconsidere o tempo e modo verbal) diferente do produzido em “*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o ‘Disque 100’, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.*” (3º§)

- Haveria possibilidade de que a viagem agendada seja remarcada?
- No passado, houve muitas e muitas tentativas para modificar esta situação.
- **Disse que havia pensado em várias possibilidades para solucionar o problema. – OPÇÃO CORRETA.**
- É possível que haja sérias complicações decorrentes das escolhas feitas pelo grupo.

Questão 29

Dentre as expressões destacadas a seguir e respectivas propostas de substituição para uma possível reescrita, há adequação indicada em:

- “*no lugar de*” (8º§) / já que em vez de
- “*além de perverso*” (9º§) / posto que perverso
- **“*o impacto*” (6º§) / consequências significativas – OPÇÃO CORRETA.**
- “*essa descartabilidade*” (8º§) / a essa rejeição que

Questão 30

“*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§) A omissão dos acentos dos vocábulos acentuados no período destacado anteriormente implicaria em:

- I. Comprometimento do alcance do objetivo comunicativo.
- II. Alteração da categoria gramatical para alguns vocábulos.
- III. Possibilidades de novas leituras e produção de sentido do período.
- IV. Adequação à variedade informal da língua em outro contexto comunicativo.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e III, apenas.
- **I, II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA CORRETA DEVIDAMENTE ASSINALADA.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João é um assistente social que atua em uma grande metrópole brasileira e enfrenta desafios diários na mediação entre os usuários do serviço social e as políticas públicas disponíveis. Ele trabalha em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e atende famílias em situação de vulnerabilidade, que sofrem os impactos da precarização do trabalho, da insuficiência de políticas habitacionais e da ausência de acesso a serviços essenciais. Além disso, João percebe que o cenário atual é marcado por uma série de mudanças que refletem diretamente na questão social, como focalização e privatização das políticas sociais. Com base na atuação de João e no papel do serviço social na cena contemporânea, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A atuação de João no CRAS reflete o compromisso do serviço social com as políticas de focalização em defesa dos direitos sociais e a promoção de políticas públicas voltadas à proteção da população em situação de vulnerabilidade.
- () A precarização do trabalho e a ausência de políticas habitacionais eficazes são fatores que ampliam as desigualdades sociais e impactam diretamente a demanda pelos serviços socioassistenciais.
- () A redução do papel do Estado na assistência social fortalece a garantia de direitos, uma vez que incentiva a autonomia dos indivíduos e reduz a dependência dos usuários dos serviços públicos.
- () O serviço social enfrenta desafios decorrentes da intensificação da desigualdade social, da ampliação da informalidade no trabalho e das mudanças nas políticas públicas, exigindo criatividade e proatividade dos assistentes sociais para o enfrentamento.
- () O processo de focalização das políticas sociais e o aumento das parcerias público-privadas garantem o acesso universal aos direitos sociais e fortalecem a proteção social da população.

A sequência está correta em

- F, V, F, F, F. – **OPÇÃO CORRETA.**
- F, V, F, V, F.
- V, F, V, F, V.
- V, F, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG

ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA CORRETA DEVIDAMENTE ASSINALADA.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João é um assistente social que atua em uma grande metrópole brasileira e enfrenta desafios diários na mediação entre os usuários do serviço social e as políticas públicas disponíveis. Ele trabalha em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e atende famílias em situação de vulnerabilidade, que sofrem os impactos da precarização do trabalho, da insuficiência de políticas habitacionais e da ausência de acesso a serviços essenciais. Além disso, João percebe que o cenário atual é marcado por uma série de mudanças que refletem diretamente na questão social, como focalização e privatização das políticas sociais. Com base na atuação de João e no papel do serviço social na cena contemporânea, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A atuação de João no CRAS reflete o compromisso do serviço social com as políticas de focalização em defesa dos direitos sociais e a promoção de políticas públicas voltadas à proteção da população em situação de vulnerabilidade.
- () A precarização do trabalho e a ausência de políticas habitacionais eficazes são fatores que ampliam as desigualdades sociais e impactam diretamente a demanda pelos serviços socioassistenciais.
- () A redução do papel do Estado na assistência social fortalece a garantia de direitos, uma vez que incentiva a autonomia dos indivíduos e reduz a dependência dos usuários dos serviços públicos.
- () O serviço social enfrenta desafios decorrentes da intensificação da desigualdade social, da ampliação da informalidade no trabalho e das mudanças nas políticas públicas, exigindo criatividade e proatividade dos assistentes sociais para o enfrentamento.
- () O processo de focalização das políticas sociais e o aumento das parcerias público-privadas garantem o acesso universal aos direitos sociais e fortalecem a proteção social da população.

A sequência está correta em

- **F, V, F, F, F. – OPÇÃO CORRETA.**
- F, V, F, V, F.
- V, F, V, F, V.
- V, F, V, V, V.

Questão 02

As competências aqui referidas não se confundem com o discurso da competência (CHAUÍ, 1989), institucionalmente permitido e autorizado pelas instâncias burocráticas dos organismos empregadores. Nessa estratégia de ocultamento e dissimulação do real, o poder aparece como se emanasse de uma racionalidade própria do mundo da burocracia, acoplado a um discurso neutro da cientificidade. São as exigências burocráticas e administrativas que têm de ser cumpridas, obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem ser apenas executadas com eficácia. A competência é aí personificada no discurso do administrador burocrata, da autoridade fundada na hierarquia que dilui o poder sob a aparência de que não é exercido por ninguém.

(IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB, Brasília, 2009.)

Considerando o trecho e as novas exigências do mercado de trabalho e seus desafios nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, analise as afirmativas a seguir.

- I. A noção de competência, conforme abordada no texto, está relacionada ao aprimoramento técnico e crítico dos assistentes sociais, permitindo que desenvolvam autonomia em sua prática profissional e questionem as diretrizes institucionais que reforçam a burocratização do trabalho.
- II. A exigência da competência, conforme destacada no texto, é uma estratégia utilizada para dissimular relações de poder, uma vez que a burocracia impõe um modelo de ação pré-traçado que deve ser seguido pelos profissionais, sem margem para questionamento ou reflexão crítica.
- III. O conceito de competência defendido no texto valoriza a neutralidade e a cientificidade das práticas assistenciais, garantindo que o assistente social tenha autonomia e liberdade para atuar sem interferências hierárquicas.
- IV. No contexto das novas exigências do mercado de trabalho, a competência passou a ser um elemento central no discurso gerencialista, impondo ao assistente social uma lógica de produtividade e eficiência, muitas vezes em detrimento do compromisso ético e político da profissão.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e III.
- **II e IV. – OPÇÃO CORRETA.**
- III e IV.
- I, II e IV.

Questão 03

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- II. As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.
- III. O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins da normativa dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que, inclusive, fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

As informações tratam-se, respectivamente, de conteúdos presentes em:

- **I. Código de Ética de 1993 II. Diretrizes Curriculares da ABEPSS III. Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão. – OPÇÃO CORRETA.**
- I. Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão II. Código de Ética de 1993 III. Diretrizes Curriculares da ABEPSS.
- I. Diretrizes Curriculares da ABEPSS II. Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão III. Código de Ética de 1993.
- I. Lei nº 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão II. Diretrizes Curriculares da ABEPSS III. Notas Técnicas do Conjunto CFESS-CRESS.

Questão 04

A Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Usar bens da vítima sem o seu consentimento, como carros e/ou não pagar a pensão alimentícia aos filhos ou à(ao) ex-companheira(o) ou outro parente e, também, isolamento por abuso no qual o distanciamento costuma ser o controle por parte do agressor, tem-se, respectivamente, as seguintes formas/tipologias de violências:

- Moral; verbal.
- Moral; psicológica.
- **Patrimonial; psicológica. – OPÇÃO CORRETA.**
- Psicológica; patrimonial.

Questão 05



(Prefeitura de Imperatriz. Em: janeiro de 2025.)

Ao pensar sobre as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, que sofrem com violação de direitos, nos atendimentos e acompanhamentos que envolvem o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), tal como a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), remete-se, necessariamente à(ao), EXCETO:

- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).
- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade na Política de Assistência Social. – OPÇÃO CORRETA.**
- Proteção Social Especial de Média Complexidade na Política de Assistência Social.

Questão 06

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, é um marco de resistência e reflexão sobre a história, a cultura e os direitos da população negra no Brasil. Para o serviço social, essa data reforça o compromisso ético na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, conforme orienta o Código de Ética da profissão.

(CRESS-AL – Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região, 2024.)

Considerando a importância da atuação do serviço social envolvendo o enfrentamento das desigualdades, que afetam historicamente a população negra, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Ações afirmativas são os programas e as medidas de assistência social adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- () Os movimentos e a reconceituação do serviço social latino-americano tiveram, como centralidade, o combate ao racismo no íterim dos movimentos sociais emergentes frente às opressões ditatoriais e neoliberais.
- () Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos são amparados pelo Programa Brasil Quilombola, mediante contribuição, através da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

A sequência está correta em

- V, V, F.
- V, F, V.
- F, V, V.
- **F, F, F. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 07

No mês de junho, muitas comemorações buscam chamar a atenção para os cuidados com o planeta e para que façamos, a cada dia, a nossa parte. Os discursos se repetem enquanto os destruidores do planeta seguem ilesos [...] A ABEPSS se posiciona firmemente contra a violência e em defesa dos direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais à terra e aos bens naturais. Defendemos os direitos dos atingidos pelas catástrofes-crimes ambientais e ressaltamos a importância da ciência e dos conhecimentos ancestrais na produção de saídas para a crise climática, com mudanças urgentes na matriz energética, e para impedir que novas mortes e mais danos ambientais ocorram.

(ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2024.)

O trecho da matéria *on-line*, extraído da nota referente ao mês do meio ambiente, publicada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é de fundamental importância para o âmbito da formação e do exercício profissional. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A intervenção do serviço social frente a uma situação de desastre e/ou catástrofe deve-se centrar exclusivamente no nível comunitário, fornecendo informações, recursos materiais, entre outros.
- II. Em 2025, o Brasil será o anfitrião da COP 30 – uma importante Conferência para discussão sobre as dinâmicas ambientais, considerando a marca de dez anos do Acordo de Paris, que foi uma das principais Convenções Climáticas da ONU, assinada em 2015, na COP 21. O serviço social brasileiro pode estar contribuindo, em conjunto com os povos originários, para a inclusão em políticas que envolvam proteções sociais e ambientais.
- III. A problemática dos desastres globalizou-se, inseriu-se e passou a orientar a agenda social internacional e as ações na área; porém, a relação entre serviço social e desastres está, muitas vezes, restrita ao campo da intervenção do profissional junto à população atingida.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**

O caso hipotético contextualiza as questões de 08 a 10. Leia-o atentamente.

J.E.L. é assistente social no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ/MG) e coordena o setor de estágios de graduação e pós-graduação do serviço social. Nos últimos processos seletivos, os candidatos têm se mostrado ávidos a aprender mais sobre o cotidiano da profissão.

Como forma de incentivar esse entusiasmo, J.E.L. propôs um grupo de estudos quinzenal para o debate teórico sobre “A instrumentalidade como elemento de intervenção profissional e as diferentes estratégias de intervenção profissional”.

A proposta é: os supervisores disponibilizam um texto norteador sobre um determinado tema relacionado à violação de direitos e os estagiários apresentam casos do TJ/MG e quais as possibilidades de intervenções profissionais.

Questão 08

Um aluno de ensino médio de escola pública, 17 anos, procura o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para fazer uma denúncia de maus-tratos. O menor revela que ele e a irmã sofrem violência psicológica e física do padrasto há pouco mais de dois anos. Desempregado, o atual marido da mãe deles tem feito uso abusivo de substância psicoativa, enquanto a companheira trabalha. A situação vem se agravando e a escola notificou a mãe por conta de faltas e baixo desempenho escolar. Com as repercussões do caso, o Conselho Tutelar e a Superintendência de Ensino foram chamados e o caso chegou ao TJ/MG. O instrumento que poderá ser utilizado para a abordagem familiar é:

- **Visita domiciliar. – OPÇÃO CORRETA.**
- Atendimento social.
- Dinâmicas de grupo.
- Reunião no modo *on-line*.

Questão 09

Considerando o grupo de estudos como fundamental para a troca de experiências, os estagiários de graduação evidenciaram o caso de M.B., aposentado, que vem apresentando compulsão por álcool e jogos eletrônicos. Já tendo muitos empréstimos em folha de pagamento, M.B. comprometeu a renda familiar e tem sido procurado por agiotas. Preocupado, o filho mais velho procurou um advogado para a interdição de M.B., a fim de garantir a dignidade do mesmo. Considerando o processo no TJ/MG, o juiz deverá aplicar o art. 755 do Código Processual Civil que versa: “na sentença que decretar a interdição, o juiz: I – nomeará curador, que poderá ser o requerente da interdição, e fixará os limites da curatela, segundo o estado e o desenvolvimento mental do interdito; II – considerará as características pessoais do interdito, observando suas potencialidades, habilidades, vontades e preferências”. Assim, o serviço social é chamado para mediar o contato com a família, facilitando, dessa forma, o processo. É possível inferir que o grupo de estagiários em debate escolheu como instrumento para o caso:

- Reunião.
- Visita domiciliar.
- **Acolhimento social. – OPÇÃO CORRETA.**
- Acompanhamento social.

Questão 10

Os colegas estagiários discutem se deverão apresentar mais uma demanda de interdição, pedindo opinião dos supervisores. Em reunião com J.E.L., a equipe de profissionais decidiu preparar, para daqui quinze dias, o caso de E.H.S., que é pessoa com deficiência. Sabe-se que E.H.S. é influenciador digital e fez questão de postar em suas redes sociais que o irmão mais velho vinha tentando interditar-lo, para que ele não pudesse se casar. De acordo com a narrativa do *influencer*, trata-se de uma artimanha do fraterno para desfavorecê-lo em um contexto de inventário/herança. Com apelo público, E.H.S. conseguiu atenção de várias autoridades no assunto; o caso teve suas reviravoltas, chegando ao TJ/MG. Estudando o episódio, os estagiários decidiram conhecer os envolvidos e algumas pessoas de suas relações, tendo em vista o instrumento de entrevista. É sabido que, por meio das entrevistas, são realizados registros e sistematização das informações coletadas. No dia da apresentação, além das nuances do caso, os estudantes aproveitaram para revisar o conceito e seus tipos. São considerados tipos de entrevista, EXCETO:

- Estruturada.
- **Randomizada. – OPÇÃO CORRETA.**
- Não estruturada.
- Semiestruturada.

Questão 11

O tema “Nossa Liberdade é Anticapacitista”, o qual será abordado no dia do assistente social, em 2024, no conjunto CFESS-CRESS, levanta questões importantes a serem discutidas pela categoria e por todos, pois, para se alcançar uma sociedade verdadeiramente anticapacitista, é necessário um compromisso coletivo com a igualdade, a justiça e a solidariedade. Todavia, para ser anticapacitista deve-se, antes, saber o que é o capacitismo.

(CRESS-AL – Conselho Regional de Serviço Social, 16ª Região, 2024.)

Sobre o tema em questão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Capacitismo é uma concepção presente no imaginário social que tende a considerar as pessoas com deficiência como menos aptas ou capazes, simplesmente por apresentarem uma diferença corporal, sensorial, intelectual ou psicossocial; é a atitude de considerar as pessoas com deficiência como não iguais e “incapazes”.
- II. A deficiência não é um produto social, pois define a personalidade da pessoa.
- III. O anticapacitismo é o preconceito contra as pessoas com deficiência, em que se julga que elas não são capazes ou são inferiores; o termo é pautado na construção social de um corpo padrão.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- **I, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, apenas.
- I e II, apenas.

Questão 12

Prefeitura realiza ação de abordagem social para pessoas em situação de rua

A Prefeitura de Passo Fundo, em parceria com diversos secretários municipais, órgãos de segurança e entidades, está promovendo, nesta semana, uma série de ações de busca ativa para identificar e oferecer encaminhamento [...]



A Prefeitura de Passo Fundo, em parceria com diversas secretarias municipais, órgãos de segurança e entidades, está promovendo, nesta semana, uma série de ações de busca ativa para identificar e oferecer encaminhamento às pessoas em situação de rua.

O trabalho será realizado em 10 pontos mapeados da cidade, com equipes especializadas que irão apresentar os serviços da rede municipal e oferecer encaminhamentos para saúde, assistência social e oportunidades de reinserção social e profissional.

(Prefeitura de Passo Fundo. Em: fevereiro de 2025.)

A quantidade de pessoas empurradas para as ruas é um reflexo direto do capitalismo, especialmente em sua versão neoliberal, que segue exacerbando desigualdades ao priorizar o lucro e a acumulação de riqueza em detrimento dos direitos sociais básicos.

(CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2024.)

Nesse sentido, considerando o tema e o problema em questão, sinalizados na reportagem e na explanação citada, deve-se perceber a população em situação de rua na sociedade neoliberal atual como uma:

- Questão social.
- **Expressão da questão social. – OPÇÃO CORRETA.**
- Refração das diferentes questões sociais.
- Expressão da nova questão social neoliberal.

Questão 13

A inserção do serviço social na área sociojurídica não é recente, se deu em meados da década de 1940 no Poder Judiciário. Conforme analisa Alapanian (2008), naquela época, a atuação do assistente social deveria ter um caráter disciplinar, de reajustamento social. Sobre o serviço social nesse contexto e período histórico, pode-se afirmar que, neste momento, há uma apreensão instrumental e imediata do ser social, permeada pela matriz:

- **Positivista. – OPÇÃO CORRETA.**
- Funcionalista.
- Hegeliana e idealista.
- Teórica e doutrinária da Igreja Católica.

Questão 14

Analise as afirmativas a seguir.

- Parecer social não é um relatório social, tal como não é sinônimo de laudo social.
- Perícia social é uma técnica que se efetiva a partir da solicitação.
- Elaboração, emissão e/ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de políticas sociais, por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social especialista.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- **I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 15

Analise as afirmativas a seguir.

- “A questão social é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia.”
- “O serviço social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social.”
- “O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção.”

Podemos afirmar que tais declarações são extraídas de:

- Capitalismo monopolista e serviço social, de José Paulo Netto.
- Introdução ao estudo do método de Marx, de José Paulo Netto.
- O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, de Marilda Vilela Iamamoto.
- **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 16

Maria, 16 anos, vive em uma comunidade de baixa renda e precisa trabalhar para ajudar no sustento de sua família. Recentemente, conseguiu um emprego em uma lanchonete, onde cumpre jornada noturna e trabalha por mais de oito horas diárias. No entanto, ela relata que se sente constantemente cansada e que suas notas na escola começaram a cair devido ao excesso de trabalho. Além disso, Maria não possui nenhum tipo de contrato formal e seus direitos trabalhistas não são garantidos. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trata-se de uma medida correta a ser tomada diante dessa situação:

- A situação de Maria é aceitável, pois sua necessidade financeira justifica o trabalho, e o ECA prevê exceções para adolescentes que precisam ajudar no sustento da família.
- **O empregador de Maria não está cumprindo a legislação, pois jovens a partir de 16 anos podem trabalhar desde que não sejam expostos a atividades de alto risco, trabalho noturno e insalubre. – OPÇÃO CORRETA.**
- Maria pode continuar trabalhando na lanchonete, pois adolescentes acima de 16 anos têm liberdade para escolher qualquer tipo de emprego, independentemente da jornada e das condições oferecidas pelo empregador.
- O trabalho de Maria na lanchonete é ilegal, pois adolescentes de 16 anos só podem trabalhar se estiverem na condição de aprendizes, sendo proibido o trabalho noturno e em condições prejudiciais ao desenvolvimento escolar.

Questão 17

Carlos, 13 anos, foi flagrado em uma loja de eletrônicos tentando furto de um celular. O gerente do estabelecimento acionou a polícia, que encaminhou Carlos para a delegacia especializada. Lá, os agentes informaram que ele não poderia ser preso, mas que seriam adotadas medidas socioeducativas, conforme determina a legislação brasileira. Diante desse caso e, ainda, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qual das alternativas apresenta a medida correta e legalmente prevista para Carlos?

- Carlos não poderá sofrer nenhuma consequência legal, pois menores de 14 anos não são responsabilizados pelo cometimento de atos infracionais.
- Carlos será entregue à família sem qualquer medida adicional, pois o ECA não prevê ações específicas para menores de 14 anos que cometem atos infracionais.
- Carlos será encaminhado para acolhimento institucional, em razão da possível negligência dos responsáveis por não impedirem sua prática de atos infracionais.
- **Carlos poderá ser submetido a medidas socioeducativas, como advertência, reparação de danos ou liberdade assistida, pois o ECA prevê formas de responsabilização diferentes da punição penal para adolescentes em conflito com a lei. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 18

Lourdes, 74 anos, vive com seu filho e sua nora, que ficaram responsáveis por seus cuidados após o falecimento de seu esposo. Nos últimos meses, vizinhos notaram que ela passa longos períodos sozinha dentro de casa, sem assistência adequada. Além disso, embora receba um benefício previdenciário, relatou que não tem acesso ao seu dinheiro, pois seu filho administra os recursos e apenas lhe dá pequenas quantias para despesas básicas. Preocupados, os vizinhos buscaram orientação no Conselho Municipal do Idoso, que recomendou que a situação fosse formalmente denunciada. No entanto, o filho de Lourdes argumenta que não há violência física e que a gestão dos recursos da mãe é uma decisão da família. Diante desse cenário hipotético e, ainda, considerando as diretrizes do Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003, e os princípios da proteção integral, refere-se a uma interpretação correta sobre o caso:

- O Conselho Municipal do Idoso pode apenas recomendar boas práticas, mas não tem competência para acionar órgãos judiciais. Como não há evidências de maus-tratos físicos, não há justificativa legal para a denúncia ou a intervenção estatal.
- **A negligência e o abuso financeiro são formas de violência contra a pessoa idosa, mesmo quando não há agressão física. O Estado pode intervir, garantindo medidas de proteção e responsabilizando os familiares, caso se comprove violação dos direitos da idosa. – OPÇÃO CORRETA.**
- A autonomia da família deve ser respeitada; a administração dos recursos de Lourdes cabe exclusivamente ao seu filho, pois o Estatuto da Pessoa Idosa não prevê sanções para familiares que tomam decisões financeiras em nome dos idosos, desde que sejam parentes diretos.
- O Estatuto da Pessoa Idosa prevê que o abuso econômico só pode ser configurado quando há prejuízo financeiro comprovado e autorizado pela vítima; sendo assim, como Lourdes recebe parte do dinheiro para suas despesas, a situação não pode ser caracterizada como violação de direitos.

Questão 19

Pedro, 9 anos, é um estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculado em uma escola pública. Recentemente, sua família foi informada de que a escola não disponibilizará um mediador exclusivo para o seu acompanhamento, pois os profissionais de apoio serão compartilhados entre vários alunos, conforme diretrizes da Secretaria da Educação. A família, preocupada com o impacto dessa decisão no aprendizado de Pedro, questionou se ele ainda teria direito a um profissional individual. A escola respondeu que a distribuição dos mediadores seguirá um critério baseado no grau de suporte necessário, e que a inclusão não exige, necessariamente, um profissional exclusivo para cada aluno. Diante desse contexto e com base na Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015, sobre o direito de Pedro, assinale a afirmativa correta.

- Pedro tem direito a um mediador individual garantido por lei, independentemente de sua necessidade específica, pois a legislação determina que todo aluno com TEA deve ter um profissional exclusivo.
- A escola está correta ao negar o mediador individual, pois a legislação não prevê esse direito, e a inclusão pode ser feita de forma coletiva, desde que todos os alunos com deficiência recebam algum nível de assistência.
- A escola pode definir livremente a melhor forma de oferecer suporte aos alunos com deficiência, sem necessidade de avaliação individual, pois a política pública deve priorizar a gestão eficiente dos recursos disponíveis.
- **Se a escola seguir os critérios estabelecidos e justificar que o mediador compartilhado atende às necessidades de Pedro, isso não necessariamente caracteriza violação de direitos, desde que o suporte seja adequado ao seu desenvolvimento. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 20

Ana, 35 anos, está em um relacionamento abusivo há vários anos. Seu companheiro frequentemente a humilha, controla suas finanças e restringe seu contato com amigos e familiares. Embora ele nunca a tenha agredido fisicamente, Ana sente-se cada vez mais isolada e teme que a situação se agrave. Recentemente, ela cogitou procurar a delegacia da mulher para relatar o que estava acontecendo. No entanto, foi informada por conhecidos que, por não haver agressão física, ela não poderia ser protegida pela Lei Maria da Penha e que a denúncia não teria consequências legais. Diante desse caso e, ainda, considerando a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, sobre os direitos de Ana e as medidas cabíveis, assinale a afirmativa correta.

- Ana não pode ser protegida pela Lei Maria da Penha, pois a legislação se aplica exclusivamente a casos de violência física comprovada contra a mulher.
- A Lei Maria da Penha apenas prevê medidas protetivas em casos de risco de morte, sendo necessário que Ana espere uma agressão física para que possa acionar as autoridades.
- Para que Ana possa ser protegida pela Lei Maria da Penha, ela precisaria apresentar provas materiais de agressões anteriores, como exames médicos ou testemunhas da violência doméstica.
- **A Lei Maria da Penha protege Ana, pois a violência doméstica não se restringe à agressão física, abrangendo, também, violência psicológica, patrimonial e moral, permitindo que ela solicite medidas protetivas. – OPÇÃO CORRETA.**

LÍNGUA PORTUGUESA

É preciso valorizar o velho para aprender a apreciar a novidade

Um caso recente chama a atenção para a realidade avassaladora de que pessoas idosas no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária, acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto.

Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior. Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.

A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.

É fato que, em diversas oportunidades, a violência se manifesta como uma reação do cuidador às situações de exaustão ou mesmo despreparo para lidar com o contexto de cuidados necessários. Também não é incomum que os abusos decorram de desconhecimento sobre direitos e/ou deveres envolvidos na relação de convivência.

Em todos os casos, é preciso observar o impacto do etarismo ou idadismo nos relacionamentos entre gerações.

Etarismo ou idadismo é a discriminação baseada na idade ou no envelhecimento e, como diversas outras formas de preconceito, encontra-se enraizada em nossa sociedade. Não é difícil perceber que, em uma sociedade estruturada na necessidade extrema de consumo, de novidade atrás de novidade, na qual um objeto que não seja novo, recém-adquirido já não atrai mais, tal dinâmica não passe a ditar também as relações humanas.

Não é incomum e nem causa espanto que, no lugar de buscarmos a experiência, a vivência daqueles que nos antecederam como algo precioso, como privilégio, vejamos a pessoa idosa e tudo o que ela tem a dizer como superado ou superável e, em certo ponto, até mesmo descartável. E essa descartabilidade se irradia por todas as relações, inclusive para normalizar a violência, especialmente as mais silenciosas, que não deixam marcas aparentes, e a discriminação.

Esse caminho, além de perverso, é perigoso e certamente atingirá a cada um de nós em algum momento. Não nos esqueçamos: estamos envelhecendo a cada segundo. Com esse objetivo, de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos da pessoa idosa e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

É necessário o combate aos abusos e à violência nas suas manifestações mais primárias para que aquelas mais graves não cheguem a acontecer ou, quando acontecerem, sejam devidamente reprimidas.

É necessário que a sociedade esteja atenta e alerta, também priorize a qualidade de vida, juntamente o bem-estar de todas as pessoas, especialmente daquelas que não só contribuíram para que tenhamos avançado até aqui e ainda contribuem na medida em que podem nos ensinar com seus acertos e principalmente por seus erros.

É necessário virar a chave social para perceber que a novidade é maravilhosa e atrai de forma apaixonante, mas só a experiência, a sabedoria e a maturidade podem nos trazer o equilíbrio para apreciarmos de verdade o que é novo.

O Ministério Público, enquanto órgão incumbido também da defesa dos valores mais importantes ao corpo social, trabalha diariamente na promoção de direitos da pessoa idosa e na efetivação das políticas públicas de proteção. Se você tomar conhecimento ou presenciar situação de violência ou abuso contra pessoa idosa, denuncie!

(Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência. Estado de Minas. Em: 15/06/2024.)

Questão 21

O emprego de algumas expressões e termos linguísticos permite reconhecer a construção de um enunciador de acordo com a intencionalidade do enunciado proposto, assim, pode-se afirmar que no 3º e 4º§ do texto:

- A utilização de uma linguagem formal permite ao enunciador demonstrar objetividade, clareza e autoridade no assunto exposto. – **OPÇÃO CORRETA. (GABARITO ALTERADO)**
- Termos como “buscamos”, “vejamos”, “nos” e “nós” demonstram inclusão, indicando proximidade do enunciador para com o interlocutor.
- A expressão “a vivência daqueles”, em que há referência à terceira pessoa do discurso, denota possibilidades interpretativas de um enunciador que, alheio aos fatos, afasta-se deles, para concluir e expressar o seu posicionamento.
- Não é possível identificar o enunciador de forma precisa a partir das expressões “buscamos” e “vejamos”, escolha linguística que denota apagamento de qualquer tipo de subjetividade com a qual o texto possa estar comprometido.

Questão 22

Pode-se afirmar que o 1º§ do texto constitui-se a partir de:

- Ponto de vista seguido de argumento. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Analogia associada a um estudo de caso.
- Ponto de vista seguido de citação de autoridade.
- Fato noticiado de grande repercussão seguido de posicionamento crítico.

Questão 23

Considerando o emprego de oração subordinada subjetiva para constituição do título atribuído ao texto, indique a alternativa que corresponde a tal estrutura e mantém o sentido produzido por ela.

- A valorização do velho é necessária para a apreciação do novo.
- Ainda que haja valorização do velho, o novo também deve ser apreciado.
- **É preciso que valorizemos o velho para aprendermos a apreciar a novidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- É preciso que o velho seja valorizado, mas também a novidade deve ser apreciada.

Questão 24

A escolha lexical contribui para que a produção de efeitos de sentido tenha um direcionamento com um propósito comunicativo de acordo com a intenção do enunciador.

“Um caso (I) recente chama a atenção para a realidade avassaladora (II) de que pessoas idosas (III) no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária (IV), acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto (V).” (1º§)

Assim, considerando as expressões destacadas a seguir, indica contribuição para a explicitação de posicionamento específico o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- **II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

Questão 25

Em “*para aprender a apreciar a novidade*” (título), pode-se afirmar que:

- A função dos termos destacados é equivalente, assim como a impossibilidade de sua omissão.
- No contexto apresentado, o verbo “aprender” exige o uso da preposição; portanto, faz-se obrigatório o emprego do acento indicador de crase.
- **Os termos destacados indicam categorias gramaticais distintas, apesar de serem equivalentes quanto à grafia, desempenhando funções diferentes na oração. – OPÇÃO CORRETA.**
- A omissão dos termos destacados implicaria em redução da oração e consequente síntese da ideia apresentada preservando a correção, gramatical e semântica, original.

Questão 26

Dentre os trechos destacados a seguir, aquele que denota tomada de posição do enunciador de forma explícita, com a qual a argumentação construída contribui, está indicado em:

- “Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.” (3º§)
- **“Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.” (2º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, [...]” (4º§)
- “Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.” (3º§)

Questão 27

Em “*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§), observa-se o uso das vírgulas em que:

- Há propósitos distintos como, por exemplo, a separação de uma aposição. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A extensão do período é o principal fator para justificar o emprego do sinal de pontuação.
- Separando o trecho: “*mas se manifesta de muitas maneiras*”, a principal função é indicar a importância dessa informação.
- O deslocamento de “*não está restrita à agressão física*” para a posição logo após “*A violência*” manteria as vírgulas conforme o trecho original.

Questão 28

Assinale a frase em que o verbo “*haver*” tem valor semântico (desconsidere o tempo e modo verbal) diferente do produzido em “*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o ‘Disque 100’, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.*” (3º§)

- Haveria possibilidade de que a viagem agendada seja remarcada?
- No passado, houve muitas e muitas tentativas para modificar esta situação.
- **Disse que havia pensado em várias possibilidades para solucionar o problema. – OPÇÃO CORRETA.**
- É possível que haja sérias complicações decorrentes das escolhas feitas pelo grupo.

Questão 29

Dentre as expressões destacadas a seguir e respectivas propostas de substituição para uma possível reescrita, há adequação indicada em:

- “*no lugar de*” (8º§) / já que em vez de
- “*além de perverso*” (9º§) / posto que perverso
- **“*o impacto*” (6º§) / consequências significativas – OPÇÃO CORRETA.**
- “*essa descartabilidade*” (8º§) / a essa rejeição que

Questão 30

“*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§) A omissão dos acentos dos vocábulos acentuados no período destacado anteriormente implicaria em:

- I. Comprometimento do alcance do objetivo comunicativo.
- II. Alteração da categoria gramatical para alguns vocábulos.
- III. Possibilidades de novas leituras e produção de sentido do período.
- IV. Adequação à variedade informal da língua em outro contexto comunicativo.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e III, apenas.
- **I, II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE DIREITO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Carlos e Fernanda são irmãos. Em 10/10/2010, seus pais doaram um imóvel de alto valor exclusivamente para Fernanda. A doação foi inoficiosa, pois ultrapassou a parte disponível do patrimônio, atingindo a legítima de Carlos. No ato da lavratura da escritura pública, Carlos assinou o documento como “interveniente anuente”. O registro da doação no cartório de imóveis ocorreu apenas em 15/06/2015. Em 20/07/2023, Carlos ajuizou ação para anular a doação, alegando que o prazo prescricional de dez anos deveria ser contado a partir do registro. Fernanda, por sua vez, argumentou que o prazo começou a contar em 10/10/2010, data da lavratura da escritura, pois Carlos já tinha ciência inequívoca do ato. Com base no Código Civil e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A doação inoficiosa é automaticamente nula e pode ser contestada a qualquer tempo, sem incidência de prescrição, pois viola norma de ordem pública.
- O prazo prescricional teve início em 15/06/2015, data do registro da doação, pois, apenas com o registro, o ato se torna público e passível de impugnação.
- O prazo prescricional de dez anos para a ação de nulidade da doação inoficiosa deve ser contado a partir do falecimento dos doadores, pois somente nesse momento se consolida o direito à legítima.
- O prazo prescricional teve início em 10/10/2010, data da lavratura da escritura pública, pois Carlos assinou o documento como “interveniente anuente” e, portanto, teve ciência inequívoca do ato. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 02

Paulo e Marina viveram em união estável na cidade de Curitiba-PR. O casal não teve filhos. Em 2024, Paulo faleceu, deixando como único parente vivo seu pai, Francisco, residente em Florianópolis-SC. Diante do falecimento, Marina ingressou com uma ação de reconhecimento de união estável *post mortem*. Considerando que Francisco seria réu na ação junto com o espólio, surge a dúvida sobre qual seria o foro competente para julgar a demanda. Nos termos do Código de Processo Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a ação:

- Deve ser proposta no foro da situação dos bens do espólio.
- Deve ser proposta em Curitiba-PR, último domicílio do casal, pois não há filhos incapazes. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Deve ser proposta em Florianópolis-SC, pois o réu Francisco reside nessa cidade, e a competência territorial segue a regra geral do domicílio do réu.
- Pode ser proposta tanto em Curitiba-PR quanto em Florianópolis-SC, pois a autora pode optar entre o último domicílio do casal ou o domicílio do réu.

Questão 03

João, estagiário de direito do TJMG, cursando pós-graduação em direito do consumidor, resolveu tirar férias em Fernando de Noronha, com sua namorada. No embarque, João, por ser usuário de cadeira de rodas motorizada, foi impedido de embarcar, inicialmente, tendo-se em vista a presença de baterias em sua cadeira. A equipe de solo, do voo Belo Horizonte-Recife, depois de muito esforço, retirou as baterias de sua cadeira, para que o voo pudesse prosseguir, despachando-as no bagageiro da aeronave. Na conexão Recife-Fernando de Noronha, João foi obrigado a despachar sua cadeira, tendo sido carregado por prepostos da companhia, sem as devidas cautelas, para embarcar no interior da aeronave que fazia o trecho final, cena que se repetiu em seu desembarque. Desembarcado, a equipe da companhia aérea tentou reinstalar as baterias na cadeira; não conseguindo, esclareceu o fato ao passageiro, que ficou com o aparelho danificado durante todos os dias de suas férias e, posteriormente, até o reparo. Cabe esclarecer que, ao retornar, houve repetição do embarque com carregamento do passageiro pelos membros da equipe de solo/tripulação, no primeiro trecho. Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa que mais se adequa ao caso, sobre possível violação ao direito do consumidor e suas consequências.

- Não houve violação das leis consumeristas; trata-se de caso clássico de responsabilidade civil oriunda do Código Civil, cabendo indenização por dano material e moral.
- Não houve violação das leis consumeristas ou civis; João teve responsabilidade pelo dano sofrido em sua cadeira de rodas, pois não orientou adequadamente a equipe da companhia aérea sobre a retirada das baterias, bem como sua reinstalação, afastado o dano material. Quanto ao fato de ter sido carregado, trata-se de mero dissabor, não hábil à geração de dano moral.
- **A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor. A empresa deverá responder por dano moral e material, tendo-se em vista a falha da prestação de serviços de transporte ocorrida. – OPÇÃO CORRETA.**
- A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor. A empresa deverá responder por dano moral, considerando tanto a falha da prestação de serviços de transporte quanto o vexame proporcionado no carregamento pela equipe; não havendo que se falar em dano material, pois João teve responsabilidade pelo dano sofrido em sua cadeira de rodas, pois não orientou adequadamente a equipe da companhia aérea na retirada das baterias, bem como na sua reinstalação.

Questão 04

Um contribuinte, ao receber uma notificação de lançamento de tributo, questiona a validade do ato administrativo, alegando que não foi realizada a notificação pessoal e que não foi respeitado o prazo de defesa. Considerando o Código Tributário Nacional e a Lei de Execuções Fiscais, assinale a afirmativa correta.

- A falta de notificação pessoal do contribuinte torna o lançamento nulo, independentemente de qualquer formalidade.
- O prazo para defesa do contribuinte é irrelevante, pois o lançamento é considerado válido independentemente da notificação.
- A notificação por meio de edital é suficiente para validar o lançamento, desde que publicada em jornal de grande circulação.
- **O contribuinte pode alegar a nulidade do lançamento somente se demonstrar que a falta de notificação prejudicou a sua defesa. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 05

Considerando que certo município iniciou a cobrança de tributo sem a devida previsão legal e sem a publicação do regulamento que estabeleceria suas regras. Um contribuinte, insatisfeito, decide contestar a cobrança judicialmente. Com base na Lei de Execuções Fiscais, qual é a posição correta?

- A cobrança é válida, mas o contribuinte pode solicitar a restituição do valor pago após a decisão judicial.
- O contribuinte deve aguardar a conclusão do processo administrativo antes de contestar a cobrança na Justiça.
- A cobrança é válida, pois o município tem autonomia para instituir tributos sem necessidade de regulamentação prévia.
- **A falta de previsão legal para a cobrança torna a exigência do tributo inconstitucional, permitindo ao contribuinte contestá-la imediatamente. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 06 **QUESTÃO ANULADA**

Em uma operação da “Lei Seca”, a polícia militar interceptou um veículo que desviava abruptamente dos pontos de fiscalização. O condutor, com equilíbrio comprometido, mostrou todos os documentos necessários à identificação do veículo e de sua habilitação. Porém, o segundo passageiro alegou não estar com os documentos físicos, apenas os digitais, e, por estar muito reverso, não conseguia lembrar a senha do celular para apresentar os documentos na forma digitalizada via *app* oficial, afirmando se chamar Pedro da Silva. Ao inspecionar o interior do veículo, os policiais desconfiaram de algumas caixas no banco traseiro do carro. Após verificarem, foram encontradas 180 garrafas de espumante importado da França sem documentação fiscal. Na delegacia, identificou-se que o outro indivíduo que ocupava o veículo era, na verdade, Carlos da Silva. O etilômetro não constatou níveis de álcool no sangue acima do permitido por lei. Considerando a situação hipotética, a legislação penal e processual penal brasileira e, ainda, a jurisprudência dos tribunais superiores, dentre as alternativas relacionadas a seguir, assinale a que pode corresponder aos crimes praticados por Carlos.

- Descaminho e falsidade ideológica.
- Contrabando de mercadorias e embriaguez ao volante.
- Apropriação indébita previdenciária associada à desobediência.
- Crime único de trânsito com atenuantes por colaboração passiva.

Questão 07

Lucas foi acusado de furto simples em uma loja de eletrônicos. Após consumir o crime, mas antes de ser denunciado formalmente, ele decidiu devolver o item furtado e ressarcir a loja por eventuais prejuízos causados, reparando integralmente o dano. O processo seguiu seu curso e Lucas acabou sendo condenado. Na sentença, o juiz, considerando a ação de Lucas, aplicou uma redução significativa na pena. Considerando a situação hipotética apresentada, qual é o instituto jurídico penal que fundamenta a decisão do juiz de reduzir a pena de Lucas nesse caso?

- Tentativa imperfeita.
- Desistência voluntária.
- Arrependimento posterior. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Erro sobre a ilicitude do fato.

Questão 08

Marina, motorista profissional categoria D, em um dia chuvoso, enquanto transportava passageiros, se envolveu em um acidente de trânsito em uma avenida movimentada. Infelizmente, um pedestre que atravessava a rua foi atingido e faleceu no local. As investigações preliminares não indicaram que Marina estava sob efeito de álcool ou outras substâncias, nem que estava em alta velocidade, mas apontaram que ela pode não ter sido suficientemente cautelosa nas condições adversas do tempo, considerando que os pneus de seu veículo estavam “carecas”. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tendo em vista que Marina é motorista profissional categoria D, e, ainda, que o acidente resultou em morte, a provável consequência legal para ela é responder por homicídio:

- Doloso, com agravante de ser motorista profissional.
- Culposo, com pena de detenção, sem alterações por ser motorista profissional.
- Doloso e suspensão do direito de dirigir, sem consequências penais devido à ausência de dolo.
- Culposo, com pena de detenção aumentada de um terço à metade e suspensão ou proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 09

Marcos, na qualidade de credor, decide ajuizar uma ação de alimentos pelo rito especial da Lei nº 5.478/1968, tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que se encontra. Por não ter condições financeiras para contratar um advogado, Marcos compareceu pessoalmente à audiência inicial da ação de alimentos. Assim, a audiência ocorreu sem a presença de advogado. Considerando as disposições da Lei nº 5.478/1968 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o comparecimento de Marcos à justiça, sem a assistência de advogado na audiência inicial do procedimento especial da ação de alimentos, é:

- Permitido, inclusive nas etapas processuais subsequentes.
- Permitido, sendo a presença de advogado obrigatória apenas nas fases subsequentes. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Vedado, pois a norma que permite a dispensa de advogado não foi recepcionada pela Constituição de 1988, tornando obrigatória a presença de advogado em todas as fases.
- Vedado, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da norma que autoriza a dispensa de advogado, exigindo a presença do profissional em todas as fases.

Questão 10

O juiz da Vara da Infância e da Juventude determinou, de ofício, a intimação da Defensoria Pública para prestar assistência à adolescente Ana, vítima de abuso sexual, durante o procedimento de escuta especializada. A intimação foi realizada sem qualquer pedido expresso da vítima ou do Ministério Público. O defensor compareceu à audiência e acompanhou a adolescente, garantindo o direito à assistência jurídica integral. Considerando as disposições da Lei nº 13.431/2017 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a conduta do juiz, ao intimar a Defensoria Pública, de ofício, para prestar assistência jurídica à vítima de violência no procedimento de escuta especializada é:

- Correta, mas a intimação da Defensoria Pública, de ofício, só pode ocorrer em procedimentos de escuta especializada, não se aplicando ao depoimento especial.
- **Correta**, pois o juiz pode intimar a Defensoria Pública, de ofício, para atuar na escuta especializada, sem que isso represente sobreposição às funções do Ministério Público. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Incorreta, pois a atuação da Defensoria Pública, de ofício, só é permitida em casos de violência doméstica e familiar, não se aplicando a crimes sexuais contra crianças e adolescentes.
- Incorreta, pois o juiz não pode intimar a Defensoria Pública, de ofício, para atuar na escuta especializada, sendo necessário o requerimento expresso da vítima ou do Ministério Público.

Questão 11

Joana, 12 anos, foi vítima de agressões físicas praticadas por seu padrasto, Ricardo. Sua mãe, Carla, ao tomar conhecimento dos fatos, procurou a Defensoria Pública para solicitar medidas protetivas em favor da filha. Diante disso, o defensor público ingressou com pedido para garantir o afastamento imediato de Ricardo do lar e a proibição de qualquer contato com Joana. Com base na Lei nº 13.431/2017, assinale a afirmativa correta.

- Joana, por ser menor de idade, não pode pleitear medidas protetivas.
- O pedido de medidas protetivas só pode ser formulado se houver ação penal em curso contra o agressor.
- **As medidas protetivas podem ser requeridas pela mãe de Joana em nome da filha, pois a criança ou adolescente, vítima de violência, tem esse direito por meio de seu representante legal. – OPÇÃO CORRETA.**
- O afastamento do agressor do lar e a proibição de contato só podem ser concedidos após o trânsito em julgado da decisão que destitua Ricardo do poder familiar, garantindo a ampla defesa do acusado.

Questão 12

Antônio Carlos e Luiz Felipe eram desafetos desde a época da escola, quando se envolveram em constantes desentendimentos verbais. Anos depois, ao se reencontrarem em um bar em Tiradentes-MG, os dois discutiram novamente por um motivo banal, qual seja, uma troca de olhares considerada ofensiva por Antônio Carlos durante um gol que o seu time sofrera. Enfurecido e sem dar qualquer chance de defesa a Luiz Felipe, Antônio Carlos sacou uma arma de fogo e disparou seis tiros contra a vítima, que morreu imediatamente no local. Diante dos fatos narrados e, ainda, considerando a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, assinale a afirmativa correta.

- O homicídio qualificado pelo motivo fútil cometido por Antônio Carlos não pode ser considerado hediondo porque não foi cometido de forma cruel ou através de tortura e ocasionou a morte instantânea da vítima.
- **O homicídio cometido por Antônio Carlos é considerado hediondo, pois foi qualificado pelo motivo fútil, circunstância prevista no Código Penal como qualificadora do crime de homicídio, tornando-o hediondo conforme a Lei nº 8.072/1990. – OPÇÃO CORRETA.**
- O crime praticado por Antônio Carlos não é considerado hediondo, pois o homicídio só é tratado como tal quando cometido mediante paga, promessa de recompensa ou qualquer outro motivo torpe, o que não ocorreu no caso concreto.
- Apenas os crimes hediondos cometidos contra autoridades públicas, homicídios funcionais, podem ser considerados qualificados, o que não se aplica ao caso de Antônio Carlos e Luiz Felipe, vez que a vítima não ostenta referida qualidade.

Questão 13

Maria Ofélia foi condenada pelo crime de tráfico de drogas a nove anos de reclusão e cumpre pena em regime fechado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto – Minas Gerais. Durante sua permanência no cárcere, realizou trabalho prisional por trezentos dias, fazendo jus à remição da pena. Além disso, Maria Ofélia também se dedica aos estudos e está cursando o primeiro ano do ensino médio, tendo completado cento e vinte horas de estudo. No entanto, ela cometeu uma falta grave, foi encontrada portando aparelho celular, dentro de sua cela no presídio. Com base na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a afirmativa correta.

- No caso de cometimento de falta grave, Maria Ofélia perderá automaticamente todos os dias remidos, sem necessidade de análise pelo juiz da execução penal.
- Maria Ofélia fará jus à remição de trinta dias de pena pelo trabalho e doze dias pelo estudo, mas, ao cometer a falta grave, perderá obrigatoriamente todo o tempo remido.
- A remição pelo trabalho ocorre na proporção de três dias de pena a cada dez dias de trabalho e pelo estudo na proporção de um dia de pena a cada doze horas de estudo, mas os benefícios não podem ser acumulados.
- **Maria Ofélia terá direito à remição de cem dias de pena pelo trabalho realizado e dez dias pelo estudo, podendo acumular ambos os benefícios. No entanto, devido à falta grave, poderá perder até um terço dos dias remidos. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 14

No dia 4 de março de 2025, a delegada Maria Valentina, cumprindo mandados judiciais, realizou a prisão de José Bento e Cláudio, conhecidos líderes de uma associação criminosa voltada à prática de tráfico de drogas na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Além dessa prisão ocorreram as apreensões de Antônio, de dezessete anos, e Cássio, de quinze anos, em um galpão abandonado onde o grupo atuava. No local, a polícia encontrou dinheiro trocado em notas de dois, cinco e dez reais, cadernetas com nomes e endereços de supostos clientes, dez telefones celulares e 20 kg de cocaína. A delegada Maria Valentina acessou, após obter autorização judicial, o conteúdo de conversas, por *WhatsApp* e *e-mails*, obtendo outros nomes e localizações dos pontos de venda da droga. Em decorrência dessa operação, resultaram sete suspeitos presos. Considerando o caso hipotético e, ainda, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STF) no que tange ao crime de associação criminosa para o tráfico, é correto afirmar que:

- A participação de dois menores, na dinâmica delitiva, configura indiferente para fins de tipificação e não influenciará no que concerne à dosimetria da pena do crime de associação criminosa para o tráfico.
- O crime de associação criminosa para fins de tráfico de drogas é considerado crime hediondo, tendo em vista estar expressamente previsto na Lei nº 8.072/1990 e equiparação realizada pela Constituição Federal – 1988 em seu art. 5º, inciso XLIII.
- Cuidando-se de crime em que se tem concurso necessário de agentes, a existência de mais de uma pessoa é elementar do crime. Trata-se, destarte, de delito plurissubjetivo. Para a formação do número mínimo de agentes não podem ser computados os inimputáveis, necessitando a existência de dois imputáveis, para que se tenha caracterização do delito.
- **Consuma-se o delito no momento em que os agentes se associam, não se exigindo a prática do crime-fim. Assim, mesmo que o agente nunca venha a praticar o tráfico de drogas, o simples fato de estar unido a outra pessoa para esse fim já caracteriza a prática do crime de associação para o tráfico, desde que presentes os requisitos da permanência e estabilidade. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 15

Segundo as disposições da Lei nº 12.850/2013, assinale a afirmativa INCORRETA.

- **Augusto, delegado de polícia federal, investigando o tráfico transnacional de drogas, armas de uso restrito e crimes ambientais federais, envolvendo e repercutindo no Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Estados Unidos, retardou a intervenção policial relativa a uma determinada ação praticada pela organização criminosa transnacional W, mantendo-a sob observação e acompanhamento, de forma que a medida legal se concretizou no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. Nesse caso concreto, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, Augusto valeu-se da ação controlada, que pressupõe a prévia autorização do juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites, ouvido o Ministério Público. – OPÇÃO CORRETA.**
- Ana Vitória, delegada de Polícia de São João Del Rei-MG, investigando uma organização criminosa destinada ao tráfico internacional de adolescentes para a prostituição, supostamente integrada por Matheus, Lucas, Antônio, Carlos, Patrícia e Paula, se deparou com hipótese concreta em que, na sua avaliação, se fazia imprescindível a utilização da ação controlada. Logo, referida ação controlada, técnica de investigação, permitirá retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada pela organização criminosa, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações acerca das condutas praticadas pelos supostos integrantes.
- José Maria, delegado de polícia em Tiradentes-MG, determina aos seus agentes, Pedro e Igor, infiltrados há um mês, em organização criminosa, que lhe entreguem relatório das atividades já realizadas até o momento. A Lei nº 12.850/2013 determina que a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia, quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstância, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. Assim, no curso do inquérito policial, o delegado José Maria poderá determinar aos seus agentes infiltrados, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração.
- Marcos, Mário, Bruno, Eduardo e Sérgio, funcionários públicos estaduais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e possuidores de bens móveis e imóveis incompatíveis com suas rendas lícitas, foram indiciados pelo delegado de polícia Cássio e, em seguida, denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de corrupção passiva, prevaricação e organização criminosa, sendo comprovado que se valiam de seus cargos públicos para a prática das condutas criminosas. Nesse sentido, relativamente às medidas que podem ser decretadas na persecução ou instrução criminal, o magistrado poderá decretar, a requerimento do Ministério Público, o afastamento cautelar dos cargos dos denunciados, sem prejuízo da remuneração, se a medida se fizer necessária à respectiva instrução processual.

Questão 16

Em 10 de fevereiro de 2025, na Comarca de Muriaé-MG, o ilustre representante do *Parquet* Mineiro ofertou denúncia perante o Juizado Especial Criminal da Comarca retrocitada, configurando no polo passivo G.D.A. (maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta), sob o argumento de que G.D.A. deflagrou infração penal de menor potencial ofensivo em face de N.D.C. (maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta). Todavia, o ínclito Juízo da Justiça Especializada, em decisão devidamente motivada, não recebeu a preambular acusatória. Inconformado com a *R. Decisum* prolatada, o ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais recorre do decisório monocrático. Considerando as circunstâncias narradas no texto, tendo como fundamento normativo a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, o ilustre representante do *Parquet* Mineiro deverá interpor:

- **Apelação, em até dez dias, através de petição escrita, contendo as razões e o pedido do recorrente. – OPÇÃO CORRETA.**
- Recurso de apelação, no prazo de cinco dias, através de petição escrita ou oral e, logo após a interposição, apresentar as razões recursais e o pedido do recorrente no prazo, impreterível, de oito dias.
- Recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias, através de petição escrita ou oral e, logo após a interposição, apresentar as razões recursais e o pedido do recorrente no prazo, impreterível, de dois dias.
- Mandado de segurança, no prazo de cento e vinte dias, através de petição oral, com a finalidade de proteger os direitos líquidos e certos atribuídos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – arts. 127 ao 130-A – aos membros do Ministério Público das Unidades Federativas.

Questão 17

Z.Z.Z., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, no final do ano de 2024, na cidade de Cataguases-MG, deflagrou a infração penal descrita no *caput* do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro, denominada pela doutrina de “estelionato simples”, em detrimento de W.W.W., maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta. Após suportar a conduta delituosa, W.W.W., imediatamente, noticiou a prática da infração penal para a Polícia Civil de Minas Gerais, cuja circunscrição é da cidade de Cataguases. W.W.W., logo após noticiar a prática da infração penal na qual foi vítima, representou em desfavor do seu algoz e, em seguida, foi instaurado o inquérito policial, tendo como principal investigado Z.Z.Z.. No decorrer do procedimento administrativo inquisitório, a autoridade policial competente tomou todas as providências necessárias previstas em lei, inclusive solicitou a Folha de Antecedentes Criminais de Z.Z.Z., na qual constava que ele é primário, possui bons antecedentes e reside na cidade de Cataguases, nota-se, no distrito da culpa. A autoridade policial, após concluir o inquérito policial, em seu relatório, indiciou Z.Z.Z. pela prática do crime de “estelionato simples” nos moldes do *caput* do art. 171, do CPB/1940, cujo preceito secundário prevê a pena em abstrato de reclusão de um a cinco anos, e multa. Findo o inquérito policial, o mesmo foi enviado ao ínclito Juízo da Vara Criminal da Comarca de Cataguases e, após ter sido recebido pelo magistrado competente, abriu vistas ao ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais. Tendo como fundamento a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, assinale a afirmativa correta.

- A prescrição será interrompida durante o prazo da suspensão do processo.
- A suspensão do processo será automaticamente revogada se, no curso do processo, Z.Z.Z. for processado pela prática de contravenção penal.
- A proposta de suspensão do processo é de responsabilidade exclusiva do ilustre representante do *Parquet* Mineiro e, uma vez que a infração penal descrita no *caput* do art. 171, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro (“estelionato simples”) não está sob a competência do Juizado Especial Criminal, não é possível oferecer a suspensão do processo.
- **O ilustre representante do Ministério Público de Minas Gerais, ao oferecer a inicial acusatória – denúncia –, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que Z.Z.Z. não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro). – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 18

Um indivíduo brasileiro, maior de idade, atirador esportivo, legalmente registrado, conforme exigido pela legislação, filiado a clube de tiro, foi parado em uma *blitz* de forma aleatória. Durante a fiscalização pelos agentes, foi encontrada uma arma de fogo, uma pistola, cujo modelo e calibre não são de uso restrito, dentro do porta-luvas do veículo, estando a arma muniada e com a trava de segurança acionada. O indivíduo alegou que estava a caminho do clube de tiro para treinamento, inclusive mostrando que o GPS do carro estava direcionado para tal lugar. Entretanto, não dispunha em sua posse de guia de tráfego para o transporte do armamento. Considerando a legislação aplicável – Lei nº 10.826/2003, sobre a conduta hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- **Configura crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que transportava a arma muniada e fora das condições determinadas pela lei. – OPÇÃO CORRETA.**
- Configura crime de posse ilegal de arma de fogo, uma vez que a arma foi encontrada dentro do carro do indivíduo e não em local público, fora das condições determinadas pela lei.
- Não configura crime; sendo conduta atípica já que o porte de arma para atiradores esportivos é regulamentado, e, ainda, ele estava no trajeto para treinamento e a arma estava segura, com trava de segurança acionada.
- Não configura crime; sendo conduta tipificada enquanto infração administrativa, sujeito a multa e não infração penal, uma vez que a sua única conduta infracional foi não portar a guia de tráfego relativo ao armamento.

Questão 19

Uma senhora, idosa, recebeu uma informação sobre o seu plano de saúde, indicando aumento do valor da mensalidade em percentual maior do que a média de aumento do plano, uma vez que ela, beneficiária, havia mudado de faixa etária e, por consequência de cláusula contratual específica, presente no contrato de seu plano de saúde, havia a previsão relativa ao reajuste por mudança de faixa etária. Sobre a legalidade desse reajuste, fundado na mudança de faixa etária, pode-se afirmar que:

- É ilegal, uma vez que qualquer reajuste, previsto ou não em contrato, baseado na mudança de faixa etária, é reconhecido como discriminatório contra o idoso e, por consequência, considerado cláusula ilegal, baseado no Estatuto da Pessoa Idosa.
- É legal, segundo o entendimento jurisprudencial, uma vez que existe a previsão contratual, desde que sejam, também, observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios, sem base idônea. – **OPÇÃO CORRETA.**
- É legal, pois o contrato relativo a plano de saúde é regulamentado segundo as regras básicas do direito privado e sujeitas ao princípio do *pacta sunt servanda*, que implica em validade das cláusulas contratuais, por autonomia da vontade das partes que pactuaram. Nesse sentido, a jurisprudência é uníssona em validar a cláusula, sem qualquer restrição e/ou limitação.
- É considerado, *a priori*, abusivo, por uma aplicação da teoria conhecida como “fato do príncipe”, pelo qual a operadora do plano de saúde não pode aplicar, a despeito de existência de cláusula contratual específica ou não, qualquer aumento a plano de saúde que não seja expressamente permitido e dentro dos limites do que é autorizado pelos órgãos governamentais reguladores. Desta feita, pode existir aumento por mudança de faixa etária, dentro dos limites que sejam previstos pelo órgão governamental regulador, independentemente de qualquer cláusula contratual e, no mesmo sentido, a cláusula contratual é abusiva, se não respaldada pela autorização específica da entidade reguladora.

Questão 20

Mariana sofreu agressões físicas do seu companheiro Diogo. Inconformada, registrou boletim de ocorrência, procedeu à devida perícia médica, para comprovação do resultado das agressões e solicitou medidas protetivas de urgência, nos termos da Lei Maria da Penha. Foi deferida medida protetiva, determinando o afastamento de Diogo do lar conjugal e proibido, de forma expressa, qualquer contato ou tentativa de contato, por qualquer meio, de Diogo, em relação a Mariana. Passados poucos dias, Diogo tentou procurar Mariana no seu local de serviço, o que foi presenciado por alguns colegas de trabalho e gravado pelas câmeras de segurança. Considerando os preceitos legais presentes na normativa conhecida por Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), pode-se afirmar que:

- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime autônomo, sujeito, inclusive, à possibilidade de prisão em flagrante, com fiança, nesse caso, apenas podendo ser concedida pela autoridade judicial. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Diogo poderá ser preso, desde que exista representação de Mariana, em relação a tal descumprimento da medida protetiva de urgência. O fato da conduta ser considerada um crime autônomo, este, ao contrário da ocorrência de violência específica e direta contra a mulher, é crime de ação penal pública condicionada.
- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime continuado, havendo possibilidade de aplicação de multa pela violação da medida, aumento da pena original pelo crime praticado contra Mariana em até um terço e agravamento da medida protetiva com utilização de tornozeleira eletrônica de monitoramento e, inclusive, conversão desta em prisão preventiva, em caso de reincidência no descumprimento da medida.
- Diogo, ao violar medida protetiva de urgência, praticou crime comum, previsto no Código Penal e não na Lei Maria da Penha, de desobediência à medida protetiva aplicada por autoridade judicial de competência penal. O crime possui ação pública incondicionada, uma vez que a desobediência é relativa à ordem emitida por autoridade judicial de competência penal. Caso a desobediência fosse relacionada à medida imposta por autoridade judicial cível, não implicaria em ato criminal e sim em ilícito civil, sujeito a pena de multa, emitida pelo próprio juiz cuja ordem foi desrespeitada.

LÍNGUA PORTUGUESA

Cadeia de palavras

Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um *habeas corpus*. Bom exemplo disso é a própria palavra “cadeia”, com sua cadeia de sentidos entrelaçados.

No caso, tudo começou com o latim “*catena*”, isto é, corrente, grilhão, conjunto de argolas de metal, geralmente de ferro, presas uma na outra para formar uma peça longa.

Por se prestar com excelência à função de prender pessoas, papel no qual se mostrava bem mais segura que a velha corda, a cadeia original acabou por nomear o próprio lugar onde se dava a privação de liberdade dos condenados, como sinônimo de prisão.

Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).

Contudo, isso era só o começo. A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, dessa vez de inspiração metafórica.

Por analogia com a ideia de elos, círculos encadeados, nasceu a acepção de cadeia como sequência de coisas ou eventos que têm natureza comum ou que são de alguma forma dependentes uns dos outros.

Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: falamos em cadeia de montanhas, cadeias de lojas e cinemas, cadeia alimentar etc.

Metáfora e metonímia, como vimos, são as forças que levaram a palavra da ancestral forja do ferreiro à reação em cadeia da era nuclear.

São o tempo e o vento do mundo das palavras: sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam e se reconfiguram.

Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo “volume”. Suas diversas acepções podem ser agrupadas nos seguintes sentidos principais: quantidade ou massa; espaço tridimensional ocupado por um corpo; intensidade de som; cada um dos livros ou tomos que compõem uma obra maior.

O que todos os sentidos de volume têm em comum é o fato de ser praticamente impossível enxergar, enterrado neles, o elo com o significado original da palavra que lhes deu origem, o substantivo latino “*volumen*”.

Parente do verbo “*volvere*”, “*volumen*” queria dizer “rotação, movimento giratório”. O botão dos equipamentos de som que giramos para ajustar o volume pode parecer parte da explicação, mas não passa de uma pista falsa, também chamada coincidência.

O percurso que fez o “*volumen*” até chegar aos sentidos atuais de volume começa com o rolo de papiro da Antiguidade. Ali estava o “movimento giratório” nomeando, por metonímia, o livro cilíndrico que era preciso desenrolar para ler.

Só alguns séculos mais tarde, quando a palavra já havia se desapegado do rolo primitivo para encarnar na era dos livros encadernados que prescindem de qualquer movimento de rotação, é que o volume pôde alçar novos voos, agora nas asas da metáfora.

Passo a palavra ao dicionário etimológico “*Merriam-Webster*”, que conta a seguinte história no verbete sobre o inglês “volume”: “No século XVI, ‘volume’ já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ (de um livro), o que levou ao desenvolvimento do sentido geral de ‘quantidade, montante ou massa de qualquer coisa’.”

A acepção de intensidade do som, encadeada de forma bastante evidente com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas. Segundo o referencial “*Trésor de la Langue Française*”, data de 1761 o primeiro registro do uso de volume nesse sentido.

(RODRIGUES, Sérgio. *Cadeia de palavras*. Folha de S. Paulo. Em: 2019.)

Questão 21

“*Habeas corpus*” é uma medida judicial utilizada para garantir a liberdade de um indivíduo. Da passagem “*Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um habeas corpus.*” (1º§), infere-se que metáforas e metonímias são processos capazes de promover a

- inversão dos significados.
- restrição dos significados.
- **ampliação dos significados. – OPÇÃO CORRETA.**
- adequação dos significados.

Questão 22

Considerando a etimologia e as múltiplas acepções dos termos “cadeia” e “volume”, pode-se reconhecer neles o fenômeno da:

- Sinonímia.
- Paronímia.
- **Polissemia. – OPÇÃO CORRETA.**
- Homonímia.

Questão 23

Considerando as informações e os exemplos apresentados ao longo do texto, é correto afirmar que os termos que melhor definem metáfora e metonímia são, respectivamente:

- Sequência e omissão.
- Exagero e contradição.
- Suavização e repetição.
- **Similaridade e substituição. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 24

De acordo com o texto, o sentido mais moderno do termo “volume” é:

- Movimento giratório.
- Quantidade de matéria.
- **Amplitude das ondas sonoras. – OPÇÃO CORRETA.**
- Espaço ocupado por um corpo.

Questão 25

Releia o 4º§: “Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).” Assim como no exemplo destacado, a metonímia (parte pelo todo) também pode ser identificada em:

- Por favor, me passe o sal.
- **Tenho quatro bocas para sustentar. – OPÇÃO CORRETA.**
- O francês domina a arte da culinária.
- O *habeas corpus* será julgado pelo STF.

Questão 26

O autor utilizou uma metáfora para caracterizar as ações dos processos metafóricos e metonímicos na linguagem, como se pode comprovar em:

- **“São o tempo e o vento do mundo [...]” (9º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] o volume pôde alçar novos voos, [...]” (14º§)
- “[...] os sentidos dançam e se reconfiguram.” (9º§)
- “[...] a língua faz uso amplo e diversificado: [...]” (7º§)

Questão 27

Em português, a ordem canônica ou ordem direta dos constituintes da oração é sujeito-verbo-objeto (SVO). Dependendo da intencionalidade discursiva do usuário da língua, a ordem desses termos pode ser alterada. Nesse sentido, assinale a alternativa em que ocorreu inversão da ordem direta da frase.

- “Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo ‘volume’.” (10º§)
- “A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, [...]” (5º§)
- “Bom exemplo disso é a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)
- **“Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, [...]” (4º§) – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 28

No fragmento “[...] praticamente impossível enxergar, enterrado neles, [...]” (11º§), “neles” aponta para o mesmo referente retomado pelo termo destacado em:

- “[...] com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas.” (16º§)
- “[...] sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam [...]” (9º§)
- **“[...] significado original da palavra que lhes deu origem, [...]” (11º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)

Questão 29

Em “[...] já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ [...]” (15º§), a locução verbal “tinha adquirido” foi utilizada para indicar um fato

- totalmente concluído no tempo passado.
- passado, mas posterior a outro já ocorrido.
- **passado anterior a outro também passado. – OPÇÃO CORRETA.**
- passado, mas não completamente concluído.

Questão 30

No trecho “*Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: [...]*” (7º§), o conector “*como*” apresenta valor semântico equivalente ao do elemento coesivo destacado em:

- “*Contudo, isso era só o começo.*” (5º§)
- “*Segundo o referencial ‘Trésor de la [...]’*” (16º§) – **OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] *mas* não passa de uma pista falsa, [...]” (12º§)
- “[...] séculos mais tarde, *quando* a palavra [...]” (14º§)

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Durante uma sessão de psicoterapia, o paciente relata ter pensamentos recorrentes de agredir fisicamente um colega de trabalho e fornece detalhes que indicam um risco iminente de violência contra essa pessoa. Considerando o Código de Ética Profissional do Psicólogo no Brasil, qual é a conduta correta a ser adotada pelo psicólogo?

- Registrar a informação para futuras análises, mas não tomar nenhuma atitude imediata, mantendo o sigilo e o vínculo terapêutico.
- Manter o sigilo absoluto, pois o respeito à confidencialidade é inviolável, independentemente do conteúdo das informações reveladas.
- Interromper imediatamente a sessão e encaminhar o paciente para um serviço especializado, sem informar terceiros, para preservar a privacidade.
- **Avaliar o risco e, se constatada a iminência de danos a terceiros, adotar as medidas necessárias para prevenir o mal, quebrando o sigilo conforme os limites éticos e legais. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 02

Em uma sessão de terapia de casal, um dos parceiros revela informações confidenciais relativas a uma experiência prévia de trauma pessoal, que o outro parceiro desconhecia e solicita que esse conteúdo permaneça restrito. Face a esse cenário e, ainda, considerando as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo, quanto à postura profissional do terapeuta, assinale a afirmativa correta.

- Utilizar a informação de forma parcial, compartilhando apenas os aspectos que possam contribuir para o processo terapêutico do casal.
- Ignorar o pedido e discutir a informação abertamente, considerando que a transparência entre os parceiros pode favorecer a resolução de conflitos.
- **Manter a confidencialidade das informações reveladas individualmente, respeitando o pedido do parceiro que as compartilhou, salvo se houver risco claro e imediato de dano. – OPÇÃO CORRETA.**
- Compartilhar a informação com o outro parceiro para facilitar a compreensão dos conflitos no relacionamento, mesmo sem o consentimento expresso visto o risco iminente de dano.

Questão 03

João, 35 anos, portador de transtorno bipolar, apresenta uma crise aguda que coloca sua integridade em risco, o que levou à sua internação involuntária em um hospital psiquiátrico. Considerando o cenário de João e a Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, trata-se de conduta correta da equipe de saúde:

- Realizar a internação involuntária somente mediante solicitação formal do paciente.
- Manter a internação por tempo indeterminado até que o paciente apresente completa estabilidade, independentemente da evolução clínica.
- **Adotar a internação involuntária como última alternativa, mediante criteriosa avaliação clínica, com garantia dos direitos e da integridade do paciente. – OPÇÃO CORRETA.**
- Proceder à internação sem a necessidade de acompanhamento jurídico ou revisão periódica, visto que a proteção do paciente se sobrepõe a esses aspectos.

Questão 04

Em decorrência das medidas adotadas durante a pandemia, um perito psicólogo, designado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realiza a avaliação psicológica de um acusado por meio de videoconferência. Durante o procedimento, o perito segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 944/2020 do TJMG. Trata-se de uma das condições impostas pela referida normativa para a realização de avaliações psicológicas remotas:

- A avaliação remota é autorizada apenas para casos em que o avaliado não possa ser localizado, dispensando a verificação de identidade e a formalização do procedimento.
- A avaliação remota pode ser realizada sem a necessidade de obtenção do consentimento informado do avaliado, uma vez que a situação emergencial dispensa formalidades.
- **O perito deve garantir a identificação inequívoca do avaliado, bem como obter seu consentimento especificamente informado para a realização da avaliação por meio virtual. – OPÇÃO CORRETA.**
- Não é necessário que o perito registre ou documente os procedimentos adotados durante a avaliação remota, pois a tecnologia empregada assegura automaticamente a validade técnica do laudo.

Questão 05

Ana, 40 anos, diagnosticada com transtorno esquizotípico, está sendo acompanhada em regime ambulatorial. Preocupada com comportamentos atípicos, sua família insiste na internação compulsória, mesmo na ausência de evidência de risco imediato de dano. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, a atitude correta a ser adotada pela equipe de saúde diante da situação de Ana é:

- Recusar a internação, pois a decisão da família não pode interferir na autonomia do paciente.
- Proceder imediatamente com a internação compulsória, atendendo exclusivamente à solicitação da família.
- Encaminhar a paciente para internação apenas para satisfazer a preocupação familiar, sem considerar o real quadro clínico.
- **Realizar uma avaliação clínica detalhada para determinar se há risco iminente de dano e optar pela internação involuntária somente se esse risco for comprovado. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 06

Em um processo judicial, um laudo pericial elaborado por meio de avaliação psicológica remota é apresentado como prova. O juiz questiona a validade do laudo, considerando o formato utilizado. De acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 944/2020 do TJMG, qual afirmação sustenta a validade desse laudo de forma correta?

- O laudo não possui validade, pois a avaliação remota impede a observação completa dos sinais comportamentais e emocionais do avaliado.
- O laudo é válido somente se houver posterior complementação por meio de uma avaliação presencial, que confirme os achados remotos.
- O laudo pode ser aceito, independentemente de formalidades, pois a excepcionalidade da situação justifica a flexibilização dos critérios técnicos e documentais.
- **A avaliação remota e o respectivo laudo são válidos, desde que tenham sido cumpridos todos os requisitos procedimentais, como o registro adequado da sessão, a obtenção do consentimento informado e a verificação da identidade do avaliado. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 07

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem por objetivo “assessorar a Justiça de Primeira e Segunda Instâncias na individualização da aplicação e da execução das medidas socioeducativas, penas e medidas de segurança aos pacientes judiciários, através de proposições fundamentadas na Lei Federal nº 10.216/2001”, conforme estabelecido no art. 1º da Resolução TJMG nº 944/2020. Maria Helena é técnica judiciária da especialidade psicólogo judicial e atua em uma equipe interdisciplinar composta por uma assistente social e um bacharel em direito, em um Núcleo Regional do PAI-PJ. Recentemente, foi inserido por determinação do juiz competente, um paciente judiciário no PAI-PJ. Trata-se de João Carlos, 30 anos, que apresenta tendência a agir com agressividade, impulsividade e automutilação. O advogado de João Carlos solicitou a avaliação para o ingresso no PAI-PJ, pois, após conversar com a família, entendeu que seria possível que ele tivesse algum transtorno mental, e que, se isso fosse confirmado, iria requerer um acompanhamento especializado. Com a avaliação, João Carlos foi diagnosticado com transtorno de personalidade limítrofe.

Considerando o funcionamento do PAI-PJ, sobre as ações necessárias para o acompanhamento de João Carlos no Programa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A equipe interdisciplinar deve realizar o acompanhamento jurídico e clínico-social de João Carlos, tendo o devido zelo para que a fala, o saber e o consentimento dele sejam considerados na proposição de soluções que concernem à sua responsabilidade.
- II. Manter contato, discussões e articulação intersetorial permanente, conectando o sistema jurídico às redes públicas assistenciais necessárias à efetivação do projeto de atenção integral a João Carlos, tais com a rede pública de saúde e social.
- III. Maria Helena e a assistente social, visando acompanhar o caso, deverão realizar entrevistas com João Carlos, com seus familiares, fazer visita domiciliar e discutir com a rede de apoio psicossocial, que possibilitará elaborar um projeto de ampliação dos recursos de sociabilidade adequados à singularidade do caso de João Carlos.
- IV. Em caso de realização de perícia criminal, em qualquer fase do processo, a equipe do núcleo regional deverá ser afastada para não influenciar as ações da equipe pericial.

Está correto o que se afirma apenas em

- II.
- I e III.
- III e IV.
- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 08

A Resolução CNJ nº 487/2023 estabeleceu que a autoridade judicial competente para a execução penal deve determinar a elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) para todos os pacientes em medida de segurança que ainda estiverem internados em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, em instituições congêneres ou unidades prisionais. Com base na Resolução CNJ nº 487/2023, sobre o Projeto Terapêutico Singular (PTS), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PTS se caracteriza por um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas para um indivíduo, uma família, ou comunidade, como resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar e centrado na singularidade da pessoa em tratamento.
- II. O PTS deve contribuir para a estratégia compartilhada de gestão e de cuidado, possibilitando a definição de objetivos comuns entre equipe e sujeito em acompanhamento em saúde.
- III. Mediante a elaboração do PTS, deverá ser promovida a articulação interinstitucional permanente do Poder Judiciário com as Redes de Atenção à Saúde e Socioassistenciais, em todas as fases do procedimento penal.
- IV. A imposição de medida de segurança de internação ou de internação provisória, caso ocorra por excepcionalidade, deve ser compreendida, entre outros aspectos, como recurso terapêutico momentaneamente adequado no âmbito do PTS desenvolvido para a pessoa com transtorno mental.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I e III, apenas.
- I e IV, apenas.
- II e IV, apenas.

Questão 09

Marcela é psicóloga e compõe uma Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP). Tal equipe tem como finalidade acompanhar o tratamento das pessoas com transtorno mental durante todas as fases do procedimento criminal. Considerando a Resolução CNJ nº 487/2023, sobre as possíveis frentes que envolvam a atuação da EAP, analise as afirmativas a seguir.

- I. Apoiar o encaminhamento de pessoas submetidas ao cumprimento de pena, e que tenham necessidade de tratamento em saúde mental, para os serviços da Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Proteção Social.
- II. Realizar avaliações biopsicossociais a cada noventa dias de pessoas com transtorno mental cumprindo medida de internação para verificar a possibilidade de reversão do tratamento para modalidade em liberdade ou para extinção da medida.
- III. Apoiar ações e serviços para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei na Rede de Atenção à Saúde (RAS) e para viabilizar o acesso à Rede de Atenção Psicossocial.
- IV. Mobilizar, juntamente com outras equipes conectoras, a Rede de Atenção Psicossocial visando à integração entre as práticas inerentes à justiça criminal e à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e II, apenas.
- **I e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II e IV, apenas.

Questão 10

Maria, 28 anos, está envolvida em uma disputa judicial pela guarda de seu filho. Durante o processo, foi solicitada uma avaliação psicológica para verificar a sua capacidade de cuidar do menor e, conseqüentemente, fundamentar a decisão judicial. No decorrer da avaliação, o psicólogo coleta dados clínicos e observa aspectos comportamentais e emocionais, integrando informações obtidas tanto da entrevista clínica quanto de testes padronizados. O laudo pericial elaborado, que incorpora os dados técnicos e científicos da avaliação, adquire relevância jurídica, servindo de subsídio para a decisão do juiz sobre a guarda, configurando, assim, o ato jurídico como operador clínico.

Tendo como referência o caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que define corretamente o conceito de ato jurídico como operador clínico na avaliação psicológica forense.

- O ato jurídico é tão somente um procedimento administrativo, desprovido de quaisquer relações com os dados clínicos obtidos na avaliação psicológica.
- O ato jurídico consiste na simples assinatura do laudo pericial, sem que tenha qualquer impacto nas decisões judiciais, por ser um documento meramente informativo.
- **O ato jurídico é o laudo pericial que, ao integrar dados clínicos e científicos da avaliação, opera como instrumento decisório no âmbito judicial, influenciando as deliberações do magistrado. – OPÇÃO CORRETA.**
- O ato jurídico se caracteriza pelo uso de técnicas clínicas que visam à intervenção terapêutica, desconsiderando a necessidade de produzir efeitos legais e impactos nas decisões judiciais.
-

Questão 11

João, 32 anos, foi encaminhado para avaliação pericial no âmbito de um processo judicial após ter sido detido por condutas consideradas inadequadas em ambiente de convívio social. Durante a investigação, ficou evidenciado que, embora João tenha um diagnóstico de transtorno mental (especificamente, um transtorno do espectro esquizofrênico), ele não apresenta histórico de violência ou comportamentos agressivos. Além disso, relatos de familiares e de colegas indicam que ele mantém relações interpessoais estáveis e participa ativamente de grupos de apoio comunitário. A perícia solicitada visa esclarecer se a conduta de João reflete efetivamente uma periculosidade inerente ou se a presunção de periculosidade e a suposta incapacidade de sociabilidade se fundamentam em mitos generalizadores e estigmatizantes, desconsiderando o contexto clínico e social individual.

Considerando o caso hipotético apresentado, assinale a alternativa que reflete corretamente a compreensão atual acerca dos mitos e práticas da presunção de periculosidade e da sociabilidade em indivíduos com transtornos mentais no contexto judicial.

- A presunção de periculosidade é justificada, pois todo indivíduo com transtorno mental apresenta riscos elevados de comportamento violento e é incapaz de manter relações sociais estáveis.
- A periculosidade de um indivíduo deve ser definida tão somente baseada em seus antecedentes criminais, independentemente de sua condição clínica ou dos recursos de tratamento disponíveis.
- A sociabilidade de um indivíduo com transtorno mental deve ser desconsiderada na avaliação pericial, pois a presença do diagnóstico garante a incapacidade de estabelecer relações interpessoais significativas.
- **A presunção de periculosidade e a ideia de incapacidade de sociabilidade são mitos que não consideram a avaliação individualizada, pois fatores contextuais, histórico clínico e rede de apoio podem evidenciar a presença de comportamento social adaptativo e a ausência de riscos reais. – OPÇÃO CORRETA.**

O caso hipotético contextualiza as questões **12** e **13**. Leia-o atentamente.

João, 23 anos, é filho único. Mora na cidade de Belo Horizonte-MG, junto com seus pais, Marli e Paulo. Segundo eles, o relacionamento com João sempre foi bom, com alguns desentendimentos ocasionais, mas nada preocupante. Entretanto, há, aproximadamente, dois anos, João começou a dizer que não sabia se queria terminar a faculdade, que não sabia o que queria fazer profissionalmente e que se sentia confuso com tudo. Segundo seus pais, ele se mostrava muito ansioso. Naquela ocasião, começou a fazer um acompanhamento psiquiátrico e psicológico, e o diagnóstico foi de depressão e ansiedade. Alguns meses depois de iniciado o tratamento, tanto o psiquiatra quanto o psicólogo, com a concordância de João, conversaram com Marli e Paulo. Nas duas ocasiões, ambos os profissionais disseram que João demonstrava sintomas característicos do transtorno de personalidade antissocial e que seria importante que eles observassem os comportamentos de João. Começaram a perceber algumas mudanças e relataram que ele se mostrava insensível e frio em relação às pessoas com as quais se relacionava, inclusive com eles, agindo de modo agressivo, irritando-se com facilidade. Relataram que em mais de uma ocasião João se envolveu em brigas físicas, dirigia de modo imprudente, tendo sofrido dois acidentes e, ainda, fazia uso abusivo de álcool. Conversaram novamente com o psiquiatra e, posteriormente, com o psicólogo e, em ambas as ocasiões João não demonstrou entender a gravidade de seus atos e nem que seus comportamentos o colocassem em risco. Foi sugerido que João se internasse por um tempo, mas ele disse que não queria, que não precisava porque não havia nada de errado acontecendo.

Questão 12

Considerando a política de saúde antimanicomial e tendo como base a Lei nº 10.216/2001, que, em seu art. 4º, estabelece que a internação, em qualquer modalidade, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes e, ainda, diante da negativa de João, analise as afirmativas a seguir.

- I. A modalidade de internação possível no caso de João é a internação involuntária, que deve ser determinada judicialmente.
- II. A internação involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado onde se localiza o estabelecimento.
- III. Após a internação psiquiátrica involuntária de João, o responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido deverá, no prazo de quarenta e oito horas, comunicar ao Ministério Público Estadual, devendo esse mesmo procedimento ser adotado na respectiva alta.
- IV. João deverá, durante a internação, receber tratamento que garanta a sua assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, entre outros.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e III.
- **II e IV. – OPÇÃO CORRETA.**
- I, II e III.
- I, III e IV.

Questão 13

Com base no caso hipotético de João, tendo em vista que, após a internação a continuidade do tratamento ocorra através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e, ainda, considerando a importância da política de articulação de redes, assinale a afirmativa INCORRETA.

- O Centro de Convivência e Cultura oferece espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade, podendo ser uma estratégia a ser utilizada no acompanhamento de João.
- João poderá ser atendido em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por equipe multidisciplinar, cujas atividades são realizadas de forma articulada com outros pontos de atenção em saúde e de outras redes que se fizerem necessárias ao seu atendimento.
- **O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), é desenvolvido através do Projeto Terapêutico Singular (PTS), envolvendo, em sua construção, João e a equipe, podendo dar conhecimento aos pais dele, para que possam acompanhar o tratamento. – OPÇÃO CORRETA.**
- A assistência prestada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) inclui atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico etc); atendimento em grupo (psicoterapia, atividades de suporte social etc.); atendimento em oficinas terapêuticas; visitas domiciliares; atendimento à família e atividades comunitárias; entre outras específicas para cada modalidade de CAPS.

Questão 14

Considere a seguir o texto sobre a “A Construção do Caso Clínico em Saúde Mental” de Carlo Viganò, publicado na Revista Curinga, em dezembro de 2010.

Gostaria de fazer uma consideração sobre aquilo que entendo sobre a situação psiquiátrica em Minas Gerais, talvez em todo o Brasil. Assiste-se a um momento muito importante, que é o da passagem da consideração da loucura como doença, para a loucura como saúde mental. O tema é colocar uma condição fundamental para que essa passagem não se torne aquilo que, na Itália, chamamos de uma nova cronicidade. Quer dizer, tendo-se eliminado o significante doença, cria-se o tratamento do usuário, por toda vida, num regime de assistência social. Para que isso não aconteça, é necessário reencontrar a dimensão da clínica. Pode parecer paradoxal, porque a clínica está ligada à doença. Responderei a esse aparente paradoxo em quatro tempos, para poder dizer que a dimensão da clínica é a dimensão do homem.

(Curinga v.1, n. 0 (out. 1993) - Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas, n. 31, dezembro de 2010. Adaptado.)

Com intuito de afirmar que a dimensão da clínica é a dimensão do homem, o autor menciona um paradoxo descrevendo-o em quatro tempos; analise-os.

- I. Caso clínico e caso social.
- II. A construção do sintoma.
- III. A solução a partir de muitos.
- IV. Alternativa entre terapia e reabilitação.
- V. A construção é o reverso do mercado da saúde.
- VI. O trabalho em equipe tomado entre debate democrático e autoridade clínica. Em outros termos: o que é que toma o lugar do saber na doença?

Está correto o que se afirma apenas em

- I, II, III e IV.
- I, III, IV e V.
- I, IV, V e VI. – **OPÇÃO CORRETA.**
- II, III, IV e VI.

Questão 15

Um psicanalista atuante em um contexto clínico, ao descrever em uma entrevista sobre a sua abordagem teórica, afirma que a teoria e a técnica psicanalítica podem ser consideradas como uma obra em construção, mas, diante das inúmeras elaborações dos diferentes autores da psicanálise, cabe a mesma preocupação de Freud: “é preciso manter em mente as características técnicas e teóricas que definem a psicanálise como tal”.

(Cordioli, Aristides Volpato e Colb. *Psicoterapias: Abordagens atuais*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 p. 156-157.)

Diante da reflexão mencionada pelo psicanalista, é possível afirmar que, independentemente do referencial em que o analista se baseia, os seguintes preceitos teóricos e técnicos mantêm-se constantes; assinale-os.

- Pensar psicológico; contratransferência; campo analítico; aliança terapêutica; e motivação para mudança.
- Aliança terapêutica; inconsciente; qualidade das relações de objetos; motivação para mudança; resistência; e id e super ego.
- **Inconsciente; livre associação; resistência; transferência; contratransferência; campo analítico; neutralidade; e interpretação. – OPÇÃO CORRETA.**
- Contratransferência; aliança terapêutica; inconsciente; campo analítico; associação livre; sintoma; neutralidade; e motivação para mudança.

Questão 16

João, um jovem de 25 anos, faz uso intermitente de bebidas alcoólicas e tabaco (drogas lícitas) e, ocasionalmente, utiliza maconha (droga ilícita) em contextos de socialização. Preocupado com os riscos à sua saúde e ciente das dificuldades em buscar a abstinência completa, João decide participar de um programa de redução de danos. Considerando esse cenário, os princípios e os objetivos de uma política de redução de danos visam:

- Aplicar medidas punitivas e de criminalização, tendo em vista a eliminação do consumo de drogas por meio de ações repressivas.
- Focar exclusivamente em campanhas de conscientização para prevenir o início do consumo, sem oferecer suporte aos usuários já ativos.
- Enfatizar a abstinência total como única forma de garantir a saúde e a reintegração social, excluindo usuários que não se comprometem a parar completamente com o uso de drogas.
- **Promover intervenções para minimizar os riscos e os prejuízos associados ao uso de drogas, sem impor a abstinência obrigatória, permitindo um cuidado contínuo e adaptado às necessidades do usuário. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 17

Simão, 23 anos, enfrenta dificuldades relacionadas ao uso recorrente de álcool e *ecstasy*. Recentemente, sua família, preocupada com os conflitos e a instabilidade emocional causados pelo uso de drogas, buscou ajuda e foi orientada a participar de um programa de redução de danos. Nesse programa, além da abordagem sob princípio fundamental dessa política, há, também, a proposta de fortalecimento dos vínculos familiares e o suporte psicossocial ao usuário. Sobre a estratégia de redução de danos aplicada no contexto do caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- Adotar medidas repressivas que isolem o usuário de seu convívio familiar, para evitar a influência negativa dos conflitos domésticos.
- Impor a abstinência imediata como condição para a continuidade do suporte familiar, de modo a eliminar completamente o uso de drogas.
- **Incorporar intervenções que visem à redução dos riscos associados ao consumo, integrando o suporte familiar como componente essencial para promover a melhoria na qualidade de vida e a estabilidade emocional do usuário. – OPÇÃO CORRETA.**
- Focar em campanhas de prevenção que desencorajem o uso de drogas e estimulem o cuidado com a qualidade de vida, já que oferecer suporte ao usuário ou à família durante o processo é atribuição de outros equipamentos de assistência.

Questão 18

Mariana, 35 anos, é atendida na Atenção Primária à Saúde (APS) e apresenta um histórico de uso de substâncias psicoativas, incluindo o consumo frequente de álcool e o uso esporádico de drogas ilícitas. Durante a consulta, a equipe multiprofissional identifica a necessidade de integrar estratégias de redução de danos à prática clínica, considerando a abordagem não estigmatizante e a adaptação às necessidades específicas da paciente. Com base nos desafios inerentes à política de redução de danos no âmbito da APS, trata-se de um dos principais obstáculos para a implementação efetiva dessas práticas na Atenção Primária:

- Exclusão das abordagens psicossociais em favor de intervenções farmacológicas imediatas.
- Obrigatoriedade da abstinência total como único critério para acesso aos serviços de saúde.
- Privação e isolamento do paciente em programas especializados, afastando-o do contexto comunitário e familiar.
- **Insuficiência de recursos e carência de capacitação dos profissionais de saúde para lidar com as especificidades do uso de substâncias. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 19

Um profissional da psicologia, ao receber um paciente para entrevista, observa atentamente o seu discurso, propriamente a linguagem e o modo como esse sujeito se posiciona diante de sua história de vida ao trazer suas queixas e fragilidades. Ao conversar com outro profissional, relatando sobre o caso, eles destacam o pensamento de um dos grandes historiadores da psicanálise e mencionam que:

Nas palavras do próprio Freud (1974, p. 19-20), “[...] o ser humano encontra na linguagem um equivalente do ato, equivalente graças ao qual o afeto pode ser redirecionado quase que da mesma forma. Em outros casos, são as próprias palavras que constituem em o reflexo adequado, por exemplo, as queixas, a revelação de um segredo que causa dor”.

Considerando as reflexões em relação à linguagem, em uma perspectiva psicanalítica podemos afirmar que:

- Na teoria Freudiana, a linguagem personifica o passado, molda o presente e constrói o futuro, com o poder de criar sintomas e traumas.
- Na teoria Freudiana, são encontradas diversas funções de linguagem. Por isso, a linguagem não pode ser situada para além do lugar de origem da produção da expressão linguística.
- **Freud afirma que, se por um lado a linguagem tem o poder de criar um ato, uma ação, de estabelecer as aspirações humanas, por outro, ela tem o poder de criar o trauma, a frustração e o sofrimento. – OPÇÃO CORRETA.**
- De acordo com Freud, tem-se o fenômeno contraditório da linguagem que tenta esquecer a própria linguagem; esse fator acontece pelos processos existentes no passado e no presente do sujeito.

Questão 20

Saussure (2006), conhecido como o pai da linguística moderna, concebia a língua como um sistema dual marcado por uma relação dicotômica e indissociável entre um significado e um significante na constituição do signo. Esse pensador propunha também uma distinção entre língua e fala; sendo a primeira o próprio aspecto estrutural da linguagem como um sistema semiótico, e a segunda o modo particular e singular como a fala se articula em relação à língua.

(MACHADO, Bruno Focas Vieira, 2011, p. 277.)

Um psicanalista, baseado no discurso do pai da linguística moderna, Saussure, ao atender um paciente, deverá pensar esse sujeito e seu discurso nos preceitos mencionados entre a língua e a fala, bem como suas características. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na linguagem, língua e fala são interdependentes e indissociáveis.
- II. Na linguagem, a língua é a parte essencial e a fala é a parte secundária.
- III. A fala é um conceito que podemos tomar como ponto de partida para se pensar o sujeito.
- IV. Saussure privilegia a língua em relação à fala em seu discurso sobre os aspectos formais da língua.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- IV, apenas.
- I e II, apenas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Cadeia de palavras

Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um *habeas corpus*. Bom exemplo disso é a própria palavra “cadeia”, com sua cadeia de sentidos entrelaçados.

No caso, tudo começou com o latim “*catena*”, isto é, corrente, grillão, conjunto de argolas de metal, geralmente de ferro, presas uma na outra para formar uma peça longa.

Por se prestar com excelência à função de prender pessoas, papel no qual se mostrava bem mais segura que a velha corda, a cadeia original acabou por nomear o próprio lugar onde se dava a privação de liberdade dos condenados, como sinônimo de prisão.

Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).

Contudo, isso era só o começo. A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, dessa vez de inspiração metafórica.

Por analogia com a ideia de elos, círculos encadeados, nasceu a acepção de cadeia como sequência de coisas ou eventos que têm natureza comum ou que são de alguma forma dependentes uns dos outros.

Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: falamos em cadeia de montanhas, cadeias de lojas e cinemas, cadeia alimentar etc.

Metáfora e metonímia, como vimos, são as forças que levaram a palavra da ancestral forja do ferreiro à reação em cadeia da era nuclear.

São o tempo e o vento do mundo das palavras: sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam e se reconfiguram.

Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo “volume”. Suas diversas acepções podem ser agrupadas nos seguintes sentidos principais: quantidade ou massa; espaço tridimensional ocupado por um corpo; intensidade de som; cada um dos livros ou tomos que compõem uma obra maior.

O que todos os sentidos de volume têm em comum é o fato de ser praticamente impossível enxergar, enterrado neles, o elo com o significado original da palavra que lhes deu origem, o substantivo latino “*volumen*”.

Parente do verbo “*volvere*”, “*volumen*” queria dizer “rotação, movimento giratório”. O botão dos equipamentos de som que giramos para ajustar o volume pode parecer parte da explicação, mas não passa de uma pista falsa, também chamada coincidência.

O percurso que fez o “*volumen*” até chegar aos sentidos atuais de volume começa com o rolo de papiro da Antiguidade. Ali estava o “movimento giratório” nomeando, por metonímia, o livro cilíndrico que era preciso desenrolar para ler.

Só alguns séculos mais tarde, quando a palavra já havia se desapegado do rolo primitivo para encarnar na era dos livros encadernados que prescindem de qualquer movimento de rotação, é que o volume pôde alçar novos voos, agora nas asas da metáfora.

Passo a palavra ao dicionário etimológico “*Merriam-Webster*”, que conta a seguinte história no verbete sobre o inglês “volume”: “No século XVI, ‘volume’ já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ (de um livro), o que levou ao desenvolvimento do sentido geral de ‘quantidade, montante ou massa de qualquer coisa’.”

A acepção de intensidade do som, encadeada de forma bastante evidente com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas. Segundo o referencial “*Trésor de la Langue Française*”, data de 1761 o primeiro registro do uso de volume nesse sentido.

(RODRIGUES, Sérgio. *Cadeia de palavras*. Folha de S. Paulo. Em: 2019.)

Questão 21

“*Habeas corpus*” é uma medida judicial utilizada para garantir a liberdade de um indivíduo. Da passagem “*Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um habeas corpus.*” (1º§), infere-se que metáforas e metonímias são processos capazes de promover a

- inversão dos significados.
- restrição dos significados.
- **ampliação dos significados. – OPÇÃO CORRETA.**
- adequação dos significados.

Questão 22

Considerando a etimologia e as múltiplas acepções dos termos “*cadeia*” e “*volume*”, pode-se reconhecer neles o fenômeno da:

- Sinonímia.
- Paronímia.
- **Polissemia. – OPÇÃO CORRETA.**
- Homonímia.

Questão 23

Considerando as informações e os exemplos apresentados ao longo do texto, é correto afirmar que os termos que melhor definem metáfora e metonímia são, respectivamente:

- Sequência e omissão.
- Exagero e contradição.
- Suavização e repetição.
- **Similaridade e substituição. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 24

De acordo com o texto, o sentido mais moderno do termo “*volume*” é:

- Movimento giratório.
- Quantidade de matéria.
- **Amplitude das ondas sonoras. – OPÇÃO CORRETA.**
- Espaço ocupado por um corpo.

Questão 25

Releia o 4º§: “*Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).*” Assim como no exemplo destacado, a metonímia (parte pelo todo) também pode ser identificada em:

- Por favor, me passe o sal.
- **Tenho quatro bocas para sustentar. – OPÇÃO CORRETA.**
- O francês domina a arte da culinária.
- O *habeas corpus* será julgado pelo STF.

Questão 26

O autor utilizou uma metáfora para caracterizar as ações dos processos metafóricos e metonímicos na linguagem, como se pode comprovar em:

- **“São o tempo e o vento do mundo [...]” (9º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] o volume pôde alçar novos voos, [...]” (14º§)
- “[...] os sentidos dançam e se reconfiguram.” (9º§)
- “[...] a língua faz uso amplo e diversificado: [...]” (7º§)

Questão 27

Em português, a ordem canônica ou ordem direta dos constituintes da oração é sujeito-verbo-objeto (SVO). Dependendo da intencionalidade discursiva do usuário da língua, a ordem desses termos pode ser alterada. Nesse sentido, assinale a alternativa em que ocorreu inversão da ordem direta da frase.

- “*Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo ‘volume’.*” (10º§)
- “*A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, [...]*” (5º§)
- “*Bom exemplo disso é a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]*” (1º§)
- **“*Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, [...]*” (4º§) – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 28

No fragmento “[...] *praticamente impossível enxergar, enterrado neles, [...]*” (11º§), “*neles*” aponta para o mesmo referente retomado pelo termo destacado em:

- “[...] *com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas.*” (16º§)
- “[...] *sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam [...]*” (9º§)
- “[...] *significado original da palavra que lhes deu origem, [...]*” (11º§) – OPÇÃO CORRETA.
- “[...] *a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]*” (1º§)

Questão 29

Em “[...] *já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ [...]*” (15º§), a locução verbal “*tinha adquirido*” foi utilizada para indicar um fato

- totalmente concluído no tempo passado.
- passado, mas posterior a outro já ocorrido.
- **passado anterior a outro também passado. – OPÇÃO CORRETA.**
- passado, mas não completamente concluído.

Questão 30

No trecho “*Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: [...]*” (7º§), o conector “*como*” apresenta valor semântico equivalente ao do elemento coesivo destacado em:

- “*Contudo, isso era só o começo.*” (5º§)
- “*Segundo o referencial ‘Trésor de la [...]*” (16º§) – OPÇÃO CORRETA.
- “[...] *mas não passa de uma pista falsa, [...]*” (12º§)
- “[...] *séculos mais tarde, quando a palavra [...]*” (14º§)

GABARITO PÓS-RECURSOS / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

O serviço social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história.

(IAMAMOTO, Marilda Villela et al. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço social*, p. 41, 2009.)

Sobre a profissão, é correto afirmar que:

- A partir da reconceituação do serviço social, compreende-se que é pelo saber teórico que se supera o conservadorismo e as desigualdades sociais no capitalismo.
- O serviço social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, não é ciência e/ou teoria; a “questão social” é matéria-prima da intervenção profissional. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Ao ingressar no âmbito das ciências sociais aplicadas, campo de conhecimento reconhecido pelo Ministério da Educação, o serviço social enquadra-se na identificação entre teoria social e ciência.
- O serviço social brasileiro contemporâneo adquiriu vigor de um estatuto teórico próprio, ou seja, teoria (ou ciência) própria, com base na questão social enquanto matéria-prima do trabalho profissional.

Questão 02

A teoria é o “conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos e das representações do pesquisador” (Netto, 2011). Enquanto a prática “é constitutiva e constituinte das determinações do objeto, gera produtos que constituem o mundo real, não se confunde, portanto, com teoria, mas pode ser o espaço de sua elaboração”.

(SANTOS, C. M. dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre e teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.*)

Considerando teoria e prática no âmbito do serviço social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na prática a teoria é outra, tendo em vista que a teoria é uma idealização, enquanto a prática é a ação em si.
- II. A separação entre teoria e prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo.
- III. O processo de produção do conhecimento tem a prática como a referência da teoria; a teoria é o conjunto das representações no nível do pensamento que expressa o modo de ser do objeto no seu movimento de constituição.

Está correto o que se afirma apenas em

- I.
- II.
- I e II.
- II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 03

A discussão no âmbito da formação profissional em serviço social desencadeia a partir da década de 1990 e, sobretudo, após a aprovação do código de 1993, um amplo debate, concretizando-se nas Diretrizes Curriculares/96, as quais compõem fundamento essencial à materialização do Projeto Ético-Político.

(*OLIVERA, E. M. A. P. CHAVES, H. L. A. 80 anos do serviço social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serv. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.*)

Sobre o Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do serviço social, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O PEPP está balizado e emerge a partir dos códigos de ética desde a gênese do serviço social, uma vez que estão intrinsecamente ligados à dinâmica do processo histórico da profissão.
- () O serviço social brasileiro é regulamentado pela Lei nº 3.252/1957, norma que reconhece a categoria enquanto profissão.
- () A Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 – o Código de Ética Profissional, e as Diretrizes Curriculares tratam das atribuições e competências privativas do assistente social, frisando que cabe ao assistente social realizar terapia como técnica profissional ou método interventivo.

A sequência está correta em

- V, V, V.
- V, F, F.
- F, V, V.
- **F, F, F. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 04

O significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do serviço social deve ser apreendido por meio de uma perspectiva analítica histórica e teórica que permite entendê-lo na sua condição de parte da intervenção do serviço social nas relações sociais. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um instrumento bastante utilizado, sobretudo em locais onde circula um grande número de profissionais.
- II. Consiste em conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades sociais públicas ou privadas.
- III. É uma técnica e também constitui-se em um meio de prova.
- IV. Trata-se de anotações individuais livres do profissional, em que o mesmo sistematiza suas atividades e suas reflexões.

As informações se referem a:

- I. Diário de campo II. Visita social III. Parecer social IV. Entrevista.
- I. Livro de registro II. Visita domiciliar III. Laudo social IV. Diário de campo.
- **I. Livro de registro II. Visita institucional III. Perícia social IV. Diário de campo. – OPÇÃO CORRETA.**
- I. Diário de campo II. Visita institucional III. Parecer social IV. Livro de registro.

Questão 05

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. No entanto, desde os primórdios da civilização relata-se sobre a “loucura” e como eram tratadas as pessoas que fugiam dos padrões “normais” de sanidade. No Brasil, durante décadas, a saúde mental foi abordada de acordo com um projeto terapêutico de confinamento e exclusão social. No contexto das transformações das políticas de saúde mental e do papel do serviço social nesse campo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Reforma Psiquiátrica no Brasil teve início na década de 1980 e foi impulsionada pela promulgação da Lei Federal nº 10.216/2001, que determinou a substituição completa dos hospitais psiquiátricos pelo modelo de atendimento comunitário.
- () O Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), criado em 1978, foi um dos responsáveis pela denúncia da violência praticada nos hospitais psiquiátricos, reivindicando mudanças na política de saúde mental no Brasil.
- () A inserção do serviço social na área da saúde mental ocorreu somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que regulamentou a atuação dos assistentes sociais no Sistema Único de Saúde (SUS).
- () A Conferência de Caracas, realizada em 1990, foi um evento internacional que influenciou diretamente a reestruturação da assistência psiquiátrica no Brasil, reforçando a importância do modelo de atenção psicossocial.
- () Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), criados pela Portaria nº 336/2002, são serviços comunitários voltados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais, funcionando como alternativa à internação hospitalar.

A sequência está correta em

- **F, V, F, V, V. – OPÇÃO CORRETA.**
- V, F, V, F, V.
- V, V, V, F, F.
- F, F, F, V, F.

Questão 06

Mariana é assistente social e trabalha em um município que, historicamente, teve um sistema de saúde mental baseado na internação prolongada de pessoas com transtornos psiquiátricos. Nos últimos anos, com a implementação da Reforma Psiquiátrica, o município passou a adotar um modelo baseado na atenção comunitária. Como parte dessa transformação, foram criados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outras iniciativas voltadas à reinserção social dos usuários. No entanto, Mariana enfrenta desafios no dia a dia, pois muitos profissionais da saúde e familiares ainda acreditam que a internação é a melhor solução para lidar com transtornos mentais graves. Além disso, há dificuldades no acesso a recursos, no fortalecimento da rede de atendimento e na superação do estigma social que impede os usuários de exercerem sua cidadania plenamente. Diante desse cenário, sobre os princípios e os desafios da Reforma Psiquiátrica e do serviço social na saúde mental, assinale a afirmativa correta.

- A Reforma Psiquiátrica trouxe avanços ao propor novas formas de atendimento, mas sua implementação tem sido limitada devido à falta de um modelo único de assistência que possa ser aplicado a todas as regiões e perfis de usuários.
- A internação psiquiátrica prolongada continua sendo a principal estratégia de tratamento de pacientes com transtornos mentais graves, pois permite maior controle clínico e reduz os impactos do transtorno mental no convívio familiar e social.
- O modelo de atenção comunitária busca substituir progressivamente o modelo hospitalocêntrico, garantindo o acesso aos serviços em liberdade, mas enfrenta desafios como a resistência social e a necessidade de fortalecimento das redes de atenção psicossocial. – OPÇÃO CORRETA.
- O serviço social na saúde mental tem papel fundamental na mediação entre usuários e a rede de atendimento; sua atuação se restringe à facilitação de benefícios sociais, sem interferência direta no tratamento ou na formulação de estratégias de reinserção comunitária.

Questão 07

Em um município de médio porte, foi identificado um aumento significativo no número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente em áreas periféricas. A gestão pública, após levantamento, constatou que essas pessoas enfrentam dificuldades no acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança. Além disso, muitos sofrem discriminação e estigmatização devido à sua condição socioeconômica. Para enfrentar essa realidade, a prefeitura decide implementar um programa de assistência e inclusão social, mas encontra desafios como falta de articulação entre os setores públicos e resistência de alguns grupos da sociedade. Diante do cenário hipotético apresentado, qual a estratégia mais eficaz para garantir os direitos da população em situação de vulnerabilidade social?

- Priorizar o fortalecimento da segurança pública e da fiscalização em áreas de vulnerabilidade, visando reduzir a criminalidade associada à pobreza para garantir o acesso ampliado a serviços essenciais.
- Reforçar os serviços de assistência social por meio da ampliação dos atendimentos, priorizando medidas emergenciais para reduzir os impactos da vulnerabilidade, ainda que sem articulação com outras políticas públicas.
- Criar um plano de ação intersetorial envolvendo diferentes áreas da gestão pública, garantindo o acesso integral aos serviços básicos e promovendo medidas estruturais que possam reduzir a vulnerabilidade no longo prazo. – OPÇÃO CORRETA.
- Implementar um sistema de cadastro individualizado da população vulnerável para facilitar a distribuição de benefícios sociais e fortalecer a atuação da assistência social, mesmo que sem impacto direto na redução da pobreza.

Questão 08

Maria, 32 anos, trabalha como diarista. Ela vive com os seus três filhos em um imóvel alugado; apesar de conseguir alguma renda, enfrenta dificuldades para garantir uma rotina estável para sua família. Seus filhos faltam frequentemente à escola por problemas no transporte. Além disso, Maria sente que, em algumas entrevistas de emprego, não recebe as mesmas oportunidades que as outras candidatas. Com base na situação apresentada, qual alternativa melhor caracteriza a condição vivida por Maria?

- Maria se encontra em situação de vulnerabilidade social, pois enfrenta dificuldades no acesso a direitos básicos, instabilidade no trabalho e barreiras que podem limitar suas oportunidades. – OPÇÃO CORRETA.
- A vulnerabilidade social só se aplica a pessoas em situação de pobreza ou sem moradia fixa, não abrangendo casos como o de Maria, que ainda possui algum nível de autonomia financeira.
- A situação de Maria não configura vulnerabilidade social, pois ela tem uma fonte de renda; e a vulnerabilidade só ocorre em casos de desemprego total e dependência de auxílios governamentais.
- O caso de Maria não pode ser considerado um exemplo de vulnerabilidade, pois qualquer dificuldade enfrentada é parte das adversidades normais da vida e pode ser resolvida sem necessidade de apoio social.

Questão 09

Em uma cidade de médio porte, o aumento do desemprego e o crescimento do trabalho informal têm levado um número considerável de famílias a enfrentar dificuldades para garantir sua subsistência. Além disso, a violência urbana e a exclusão digital têm agravado a vulnerabilidade de jovens que encontram barreiras no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com a rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca desenvolver estratégias para fortalecer os serviços de proteção social básica e especial. No entanto, os técnicos enfrentam desafios como a falta de recursos, a desarticulação entre diferentes setores e a resistência da população em acessar os serviços oferecidos. Com base nesses princípios, sobre a atuação profissional perante a vulnerabilidade e risco social, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A capacitação contínua das equipes é essencial para garantir a qualidade dos serviços e fortalecer a articulação intersetorial, além de contribuir para a criação de metodologias mais eficazes e inovadoras no atendimento às famílias.
- A capacitação dos profissionais fortalece a qualidade dos atendimentos, promovendo um diálogo mais eficiente entre diferentes áreas de atuação e facilitando a elaboração de planos individuais e familiares de acompanhamento mais eficazes.
- A preocupação com o bem-estar dos profissionais que atuam no SUAS é legítima, mas deve ser equilibrada com a necessidade de atendimento contínuo e qualificado aos usuários, garantindo que ambas as partes sejam contempladas no planejamento dos serviços.
- O planejamento das ações e a avaliação de resultados são fundamentais para estruturar os serviços do SUAS, mas a priorização de atendimentos emergenciais deve prevalecer sobre metodologias de acompanhamento contínuo, pois a vulnerabilidade social exige respostas imediatas. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 10

Na sociedade contemporânea, diferentes grupos populacionais enfrentam condições que os tornam mais suscetíveis a dificuldades na vida devido à exposição a fatores de risco que envolvem instabilidade econômica, precarização das condições de trabalho, barreiras no acesso a serviços básicos, desigualdade social e exclusão de redes de proteção. Com base no conceito de vulnerabilidade social, qual das alternativas melhor descreve tal fenômeno?

- É caracterizada pela falta de renda, sendo resolvida, conseqüentemente, com o aumento da oferta de empregos e do crescimento econômico.
- Trata-se de um fenômeno individual e transitório decorrente das opções e escolhas dos indivíduos; não está relacionada a fatores externos ou estruturais.
- O conceito aplica-se apenas a países subdesenvolvidos, pois, nas economias avançadas, a desigualdade de acesso a direitos e oportunidades já foi superada.
- Resulta da interação entre fatores estruturais, como desigualdade de acesso a direitos, precarização do trabalho, exclusão social e dificuldades de inserção em políticas públicas de proteção. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 11

A data de 7 de fevereiro é marcada pelo Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, que hoje faz parte também do calendário de lutas do serviço social [...] Assistentes sociais também atuam com atendimento a povos indígenas de diversas etnias, além de também a comporem.

(CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Em: fevereiro de 2025.)

A Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas tem defendido que, cada vez mais, a profissão deve assumir a questão indígena como central no processo de formação e trabalho profissional. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Constituição Federal (CF) de 1988 reconheceu os direitos dos povos originários às suas terras, a políticas sociais diferenciadas e adequadas às suas especificidades culturais, à autorrepresentação jurídico-política e à preservação de suas línguas e culturas.
- II. A questão indígena brasileira se apresenta e está marcada desde o início do século XVI pela relação impositiva e violenta entre o projeto colonialista europeu e os povos originários habitantes desse território, orientados, fundamentalmente, pelos interesses mercadológicos de expansão capitalista de exploração dos recursos naturais existentes e expropriação dessas terras.
- III. A crise política, social, econômica e sanitária da Covid-19 e a onda neoconservadora que atingiu os países da América Latina e Caribe nos últimos anos têm aprofundado os problemas seculares enfrentados pelos povos indígenas, materializando uma “nova questão social” expressa em questões sociais específicas no modo e condição de vida dessas populações.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I, apenas.
- II, apenas.
- I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 12

O serviço social é uma profissão historicamente situada, e a produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social deve abarcar os debates e conteúdos centrais da formação profissional. Nesse sentido, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O serviço social configurou-se, enquanto uma evolução da caridade, em um processo de racionalização de práticas assistenciais.
- () A noção de “nova questão social” apresenta determinações de exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana, pois, no neoliberalismo, se configura em razão das identidades de “novos excluídos sociais” e/ou da “nova pobreza estrutural”.
- () No que concerne ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa no neoliberalismo; elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas, transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil.

A sequência está correta em

- V, V, F.
- V, F, V.
- F, V, F.
- F, F, V. – **OPÇÃO CORRETA.**

O caso hipotético contextualiza as questões 13 e 14. Leia-o atentamente.

Os profissionais do serviço social do TJ/MG concebem o documento “A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais” publicado e distribuído, em 2023, pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Preocupados com a própria formação e seus estagiários, a equipe de supervisores pretende debater a práxis profissional, as estratégias e os instrumentos.

Nesse sentido, vê-se que o estágio supervisionado do serviço social do TJ/MG foi pensado para trabalhar as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Assim, o profissional que supervisiona estágio nessa área deve, primeiro, se aprimorar e contribuir para a formação de profissionais críticos e propositivos.

Nisso, A.G. e seus colegas de supervisão de estágio do TJ/MG iniciam atividades de estudos dos documentos fundamentais da profissão – Código de Ética Profissional (1993); Lei de Regulamentação da Profissão (1993); e Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de serviço social (1996).

Além desses materiais, A.G. propõe que sejam estudadas outras publicações relacionadas à temática, como: “O estágio e a supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: continuidades e rupturas”, artigo de Melissa Ferreira Portes, publicado na revista Emancipação, de 2018.

Questão 13

De acordo com o estudo intitulado “O estágio e a supervisão no processo formativo dos assistentes sociais: continuidades e rupturas”, de Melissa Ferreira Portes, “o estágio é um momento de reflexão da dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais”. Considerando o estágio como integrante da dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O estágio é o reconhecimento relacionado à aproximação da realidade social e profissional capaz de desenvolver habilidades e competências para o futuro exercício profissional.
- II. Parte-se do pressuposto de que não é possível pensar o estágio e a supervisão desconexos do entendimento de um projeto de formação profissional.
- III. Na proposta curricular atual evidenciada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de serviço social (1996), o estágio supervisionado é reconhecido como atividade curricular obrigatória, que necessita de uma dupla supervisão.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 14

A escolha dos instrumentos e técnicas está condicionada às referências ético-políticas e teórico-metodológicas do assistente social que orientam o planejamento da atividade profissional. Considere que A.G. e o grupo de supervisores, em seus estudos, decidem fazer uma oficina de redação para elaborar relatórios e pareceres sociais. Para os estudos sociais que antecedem os relatórios, o grupo debateu instrumentos utilizados pelo serviço social: atendimento social, visita domiciliar e entrevistas (não estruturada, estruturada e semiestruturada), entre outros. De acordo com os instrumentos utilizados pelo serviço social, analise as afirmativas a seguir.

- I. Como instrumento, a visita pode ser domiciliar ou institucional.
- II. Consiste em conhecer e avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades sociais públicas ou privadas.
- III. O relatório social é a avaliação conclusiva, teórica e técnica realizada pelo assistente social, dos dados coletados após a finalização do estudo social.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 15

Uma equipe atuante em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) foi designada para acompanhar o processo de reabilitação e reinserção social de João – um usuário de crack em processo de recuperação. João relatou dificuldades em retomar o convívio com sua família e obter oportunidades de emprego, fatores que influenciam diretamente na sua qualidade de vida. A equipe percebeu que João demonstra limitações em suas habilidades sociais e profissionais, o que compromete a sua autonomia. Considerando o contexto e os conceitos discutidos na literatura sobre reabilitação psicossocial e reinserção social, assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais adequada a ser adotada para promover o processo de reabilitação e reinserção de João.

- Praticar uma abordagem gradual, iniciando pelo desenvolvimento de habilidades individuais de João, para, em um segundo momento, integrá-lo em redes familiares e comunitárias, uma vez que a autonomia pessoal é pré-requisito para a reinserção social.
- Concentrar-se no estímulo à inclusão produtiva e geração de renda, promovendo o acesso de João ao mercado de trabalho, pois a estabilidade econômica proporciona condições para o fortalecimento de vínculos sociais e desenvolvimento de autonomia.
- Atuar no fortalecimento das redes institucionais e comunitárias, focando inicialmente na reinserção social de João, mesmo que ele ainda apresente limitações individuais, pois o contexto social é o principal determinante do sucesso da reabilitação psicossocial.
- **Aplicar uma abordagem integrada e simultânea, promovendo tanto a reabilitação psicossocial, com foco nas habilidades individuais e autonomia de João, quanto a reinserção social, envolvendo o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e institucionais. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 16

A partir da última década, diversas leis e portarias foram criadas pelo Ministério da Saúde, a fim de estabelecer diretrizes de funcionamento dos serviços, indicando as atividades a serem desenvolvidas e determinando os objetivos das intervenções e tratamentos no cuidado às pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Conceitos frequentemente utilizados nas políticas de saúde mental foram transpostos para lidar, também, com esse público, tais como reinserção social, reabilitação psicossocial e inclusão social. Com base nesses conceitos, assinale a afirmativa correta.

- A reinserção social envolve o processo de desenvolvimento de habilidades individuais, com foco na autonomia do usuário, priorizando o fortalecimento de competências pessoais em relação à articulação com redes institucionais e comunitárias.
- **A reinserção social está ligada à reconstrução de vínculos familiares e comunitários e ao acesso a redes institucionais; enquanto a reabilitação psicossocial tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades individuais e promoção da autonomia. – OPÇÃO CORRETA.**
- A reabilitação psicossocial caracteriza-se pelo fortalecimento do contexto social e institucional em que o indivíduo está inserido, destacando as relações comunitárias como aspecto principal do processo, com ênfase reduzida nas capacidades individuais.
- A inclusão social está relacionada à participação do indivíduo em atividades produtivas e na geração de renda, atuando como estratégia relevante para o desenvolvimento de habilidades individuais, com foco na autonomia do usuário independente da comunidade.

Questão 17

As políticas públicas de atenção e reinserção social de pessoas com dependência química no Brasil têm sido marcadas por tensões entre os setores de saúde e segurança pública. Nesse sentido, assinale a alternativa que reflete adequadamente essas relações e suas implicações na formulação das políticas públicas.

- A adoção de políticas de segurança pública rigorosas e repressivas tem prevalecido sobre as abordagens de saúde, como a redução de danos, levando a uma política pública que negligencia a reinserção social dos usuários de drogas.
- **A coexistência de abordagens de saúde, focadas na redução de danos com políticas de segurança pública, ainda predominantemente repressivas, cria um campo de tensão constante, afetando a eficácia das políticas de reintegração social. – OPÇÃO CORRETA.**
- A estratégia de redução de danos tem sido plenamente implementada nas políticas públicas, promovendo uma abordagem que prioriza o cuidado e a reintegração social dos usuários de drogas, distanciando-se das práticas repressivas de segurança pública.
- Políticas públicas recentemente implementadas no Brasil eliminaram as tensões entre os setores de saúde e segurança pública, criando um sistema unificado que, efetivamente, apoia a reinserção social dos dependentes químicos sem recorrer a práticas repressivas.

Questão 18

Em um *workshop* de capacitação para profissionais de saúde e assistência social, o tema central é a implementação eficaz da redução de danos para usuários de drogas. Os participantes exploram como melhorar as práticas clínicas e a abordagem educacional em suas instituições. Sabe-se que a discussão se aprofunda sobre como essas práticas podem ser integradas às políticas públicas já existentes, com um foco especial na formação clínico-político-pedagógica. Considerando a necessidade de melhorar as práticas de redução de danos para usuários dependentes de drogas, qual estratégia de formação profissional é mais recomendada para capacitar efetivamente os profissionais?

- Promover *workshops* que focam exclusivamente no desenvolvimento pessoal dos profissionais, sem integrar práticas clínicas ou políticas públicas.
- Intensificar a formação em técnicas clínicas isoladamente, garantindo que cada profissional seja especializado no tratamento individualizado do uso de substâncias.
- Concentrar a formação em legislação sobre drogas, para que os profissionais possam navegar eficientemente pelo ambiente regulatório ao aplicar práticas de redução de danos.
- **Implementar um programa contínuo de formação interdisciplinar que integre práticas de redução de danos com políticas públicas existentes, empregando metodologias ativas para engajar os profissionais. – OPÇÃO CORRETA.**

O caso hipotético contextualiza as questões **19** e **20**. Leia-o atentamente.

Muitos processos que envolvem pessoas com transtorno mental têm chegado à justiça. As demandas são as mais variadas, como internação, uso abusivo de substâncias, jogos e conduta libidinoso. Para a compreensão desses casos, o setor de serviço social decidiu executar o projeto de M.L.B., colega aposentada, em 2023. Com a supervisão da autora, o projeto “Tópicos especiais em saúde mental” foi apresentado para os estagiários da graduação e pós-graduação da área para iniciarem um cronograma.

Além de textos da área, na perspectiva biopsicossocial, o projeto prevê debate sobre os casos do TJ/MG, de forma a trazer praticidade ao programa de estágio de serviço social.

Acompanhe os casos iniciais do programa e a abordagem intersetorial das expressões das questões sociais, no campo da saúde mental. Entre os processos se destacaram dois; analise-os.

1. L.P., homem, negro, 23 anos, teve ocorrência de dissociação mental, com episódio de agressividade que resultou em quebra de produtos e uma gôndola de um mercado próximo de sua casa. Os funcionários chamaram o SAMU, e outros clientes, a polícia. O rapaz foi medicado para conter a crise e os familiares foram encontrados.

2. J.F.G., mulher, 40 anos, solicitou medida protetiva após situação de violência doméstica. O companheiro teve internação compulsória no ano de 2021; contudo, apresentou recaída no feriado do ano novo de 2025.

Questão 19

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são lugares que oferecem serviços de saúde abertos para a comunidade. Uma equipe diversificada trabalha em conjunto para atender às necessidades de saúde mental das pessoas, incluindo aquelas que enfrentam desafios relacionados às necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas. Esses serviços estão disponíveis na região e são especialmente focados no auxílio de situações difíceis ou no processo de reabilitação psicossocial. Considerando o caso 1 da narrativa, de acordo com a atenção à pessoa com transtorno mental, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não há indícios de uso de substâncias psicoativas no caso de L.P..
- II. L.P. deve ser encaminhado para o CAPS AD devido ao uso de álcool e drogas.
- III. Para o acompanhamento de L.P., os assistentes sociais irão realizar estudo social e verificar as modalidades de CAPS para o caso e tamanho dos municípios ou regiões de saúde.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas. – OPÇÃO CORRETA.
- II e III, apenas.

Questão 20

Como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é composta por serviços e equipamentos variados, o Ministério da Saúde estabeleceu um fluxo de acordo com o quadro clínico apresentado, bem como a gravidade e a complexidade. Sabe-se que a situação do caso 2 envolveu uma nova internação do ex-companheiro de J.F.G.. A equipe que acompanha o caso designou que ele seja reintegrado socialmente, após a internação. Qual será o componente a ser acionado ao caso, para o cuidado na RAPS?

- Atenção especializada.
- Atenção às urgências e emergências.
- Atenção residencial de caráter transitório.
- Estratégia de desinstitucionalização e reabilitação. – OPÇÃO CORRETA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Cadeia de palavras

Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um *habeas corpus*. Bom exemplo disso é a própria palavra “cadeia”, com sua cadeia de sentidos entrelaçados.

No caso, tudo começou com o latim “*catena*”, isto é, corrente, grilhão, conjunto de argolas de metal, geralmente de ferro, presas uma na outra para formar uma peça longa.

Por se prestar com excelência à função de prender pessoas, papel no qual se mostrava bem mais segura que a velha corda, a cadeia original acabou por nomear o próprio lugar onde se dava a privação de liberdade dos condenados, como sinônimo de prisão.

Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).

Contudo, isso era só o começo. A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, dessa vez de inspiração metafórica.

Por analogia com a ideia de elos, círculos encadeados, nasceu a acepção de cadeia como sequência de coisas ou eventos que têm natureza comum ou que são de alguma forma dependentes uns dos outros.

Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: falamos em cadeia de montanhas, cadeias de lojas e cinemas, cadeia alimentar etc.

Metáfora e metonímia, como vimos, são as forças que levaram a palavra da ancestral forja do ferreiro à reação em cadeia da era nuclear.

São o tempo e o vento do mundo das palavras: sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam e se reconfiguram.

Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo “volume”. Suas diversas acepções podem ser agrupadas nos seguintes sentidos principais: quantidade ou massa; espaço tridimensional ocupado por um corpo; intensidade de som; cada um dos livros ou tomos que compõem uma obra maior.

O que todos os sentidos de volume têm em comum é o fato de ser praticamente impossível enxergar, enterrado neles, o elo com o significado original da palavra que lhes deu origem, o substantivo latino “*volumen*”.

Parente do verbo “*volvere*”, “*volumen*” queria dizer “rotação, movimento giratório”. O botão dos equipamentos de som que giramos para ajustar o volume pode parecer parte da explicação, mas não passa de uma pista falsa, também chamada coincidência.

O percurso que fez o “*volumen*” até chegar aos sentidos atuais de volume começa com o rolo de papiro da Antiguidade. Ali estava o “movimento giratório” nomeando, por metonímia, o livro cilíndrico que era preciso desenrolar para ler.

Só alguns séculos mais tarde, quando a palavra já havia se desapegado do rolo primitivo para encarnar na era dos livros encadernados que prescindem de qualquer movimento de rotação, é que o volume pôde alçar novos voos, agora nas asas da metáfora.

Passo a palavra ao dicionário etimológico “*Merriam-Webster*”, que conta a seguinte história no verbete sobre o inglês “volume”: “No século XVI, ‘volume’ já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ (de um livro), o que levou ao desenvolvimento do sentido geral de ‘quantidade, montante ou massa de qualquer coisa’.”

A acepção de intensidade do som, encadeada de forma bastante evidente com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas. Segundo o referencial “*Trésor de la Langue Française*”, data de 1761 o primeiro registro do uso de volume nesse sentido.

(RODRIGUES, Sérgio. *Cadeia de palavras*. Folha de S. Paulo. Em: 2019.)

Questão 21

“*Habeas corpus*” é uma medida judicial utilizada para garantir a liberdade de um indivíduo. Da passagem “*Pessoas podem ser presas na cadeia, palavras não: a metáfora e a metonímia logo providenciam um habeas corpus.*” (1º§), infere-se que metáforas e metonímias são processos capazes de promover a

- inversão dos significados.
- restrição dos significados.
- **ampliação dos significados. – OPÇÃO CORRETA.**
- adequação dos significados.

Questão 22

Considerando a etimologia e as múltiplas acepções dos termos “cadeia” e “volume”, pode-se reconhecer neles o fenômeno da:

- Sinonímia.
- Paronímia.
- **Polissemia. – OPÇÃO CORRETA.**
- Homonímia.

Questão 23

Considerando as informações e os exemplos apresentados ao longo do texto, é correto afirmar que os termos que melhor definem metáfora e metonímia são, respectivamente:

- Sequência e omissão.
- Exagero e contradição.
- Suavização e repetição.
- **Similaridade e substituição. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 24

De acordo com o texto, o sentido mais moderno do termo “volume” é:

- Movimento giratório.
- Quantidade de matéria.
- **Amplitude das ondas sonoras. – OPÇÃO CORRETA.**
- Espaço ocupado por um corpo.

Questão 25

Releia o 4º§: “Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, com uma parte envolvida no processo (a corrente) passando a nomear o processo todo (a privação de liberdade).” Assim como no exemplo destacado, a metonímia (parte pelo todo) também pode ser identificada em:

- Por favor, me passe o sal.
- **Tenho quatro bocas para sustentar. – OPÇÃO CORRETA.**
- O francês domina a arte da culinária.
- O *habeas corpus* será julgado pelo STF.

Questão 26

O autor utilizou uma metáfora para caracterizar as ações dos processos metafóricos e metonímicos na linguagem, como se pode comprovar em:

- **“São o tempo e o vento do mundo [...]” (9º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] o volume pôde alçar novos voos, [...]” (14º§)
- “[...] os sentidos dançam e se reconfiguram.” (9º§)
- “[...] a língua faz uso amplo e diversificado: [...]” (7º§)

Questão 27

Em português, a ordem canônica ou ordem direta dos constituintes da oração é sujeito-verbo-objeto (SVO). Dependendo da intencionalidade discursiva do usuário da língua, a ordem desses termos pode ser alterada. Nesse sentido, assinale a alternativa em que ocorreu inversão da ordem direta da frase.

- “Outro exemplo do poder transformador dessa ação é o vocábulo ‘volume’.” (10º§)
- “A cadeia não demorou a passar por um novo desdobramento semântico, [...]” (5º§)
- “Bom exemplo disso é a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)
- **“Por trás dessa expansão de sentido estava a poderosa e onipresente metonímia, [...]” (4º§) – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 28

No fragmento “[...] praticamente impossível enxergar, enterrado neles, [...]” (11º§), “neles” aponta para o mesmo referente retomado pelo termo destacado em:

- “[...] com a de quantidade ou massa, é a mais recente delas.” (16º§)
- “[...] sob sua ação, nada para quieto, os sentidos dançam [...]” (9º§)
- **“[...] significado original da palavra que lhes deu origem, [...]” (11º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] a própria palavra ‘cadeia’, com sua cadeia de sentidos [...]” (1º§)

Questão 29

Em “[...] já tinha adquirido a acepção adicional de ‘tamanho ou envergadura’ [...]” (15º§), a locução verbal “tinha adquirido” foi utilizada para indicar um fato

- totalmente concluído no tempo passado.
- passado, mas posterior a outro já ocorrido.
- **passado anterior a outro também passado. – OPÇÃO CORRETA.**
- passado, mas não completamente concluído.

Questão 30

No trecho “*Dessa cadeia-sequência, como se sabe, a língua faz uso amplo e diversificado: [...]*” (7º§), o conector “*como*” apresenta valor semântico equivalente ao do elemento coesivo destacado em:

- “*Contudo, isso era só o começo.*” (5º§)
- “*Segundo o referencial ‘Trésor de la [...]’*” (16º§) – **OPÇÃO CORRETA.**
- “[...] *mas* não passa de uma pista falsa, [...]” (12º§)
- “[...] séculos mais tarde, *quando* a palavra [...]” (14º§)